

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso

JOGOS DE XADREZA

Do Encarceramento à Institucionalização de Jovens Mulheres e as Práticas Psi

Luiza de Oliveira Nascimento

Porto Alegre

2018

Luiza de Oliveira Nascimento

JOGOS DE XADREZA

Do Encarceramento à Institucionalização de Jovens Mulheres e as Práticas Psi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia – Habilitação Psicóloga - do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação do professor Luis Artur Costa.

Orientador: Prof. Dr. Luis Artur Costa

Comentadora: Profa. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Porto Alegre, junho de 2018.

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso é composto de narrativas ficcionais tecidas a partir de uma pesquisa de campo (e de uma construção problemático-teórica) que se propôs a investigar, desde uma perspectiva cartográfica ficcional, como operam as práticas psi em uma instituição voltada à execução da medida socioeducativa de restrição de liberdade de jovens mulheres, colocando em questão as técnicas e os discursos produzidos pela psicologia a respeito dessas juventudes femininas institucionalizadas. O objetivo é deslocar sensibilidades e problematizar como essas práticas e outras linhas que atravessam e compõem as tramas em questão produzem e são produzidas pelos modos de subjetivação contemporâneos, em especial no que se refere às práticas de que circunscrevem e inteligibilizam as performances de gênero.

Palavras-chave: socioeducação, juventude, gênero, institucionalização, psicologia, cartografia.

Sumário

1	Condições de Possibilidade.....	4
2	Costurando Tramas Problemáticas	8
2.1	Poder, Produção e Governamentalidade.....	8
2.2	Anatomopolítica e Processo de Normatização de Gênero.....	10
2.3	Socioeducação, Gênero e Práticas Psi	11
3	Jogos de Xadrez	14
3.1	“Tabuleiro”	14
3.2	“Bispa” ou Irmã Maria Eulália	24
3.3	“Peã” ou Kaille	29
3.4	“Cavala” ou Júlia	36
3.5	“Rei” ou Marco Aurélio	39
3.6	“Torre” ou Práticas Psi	44
4	Breves Considerações Finais	52
5	Agradecimentos	54
6	Referências.....	55

1 Condições de Possibilidade

A presente escrita foi construída especialmente a partir de uma pesquisa de campo, mas também desde encontros anteriores a esta, os quais se constituíram enquanto condições de possibilidade para a emergência do desejo de experienciar a fim de produzir um campo problemático. Um percurso de formação em psicologia e seus múltiplos caminhos que foram possíveis permeiam e orientam as análises e formas aqui desenhadas, na construção deste que posso convencionalmente chamar de “trabalho de conclusão de curso”, mas que, bem verdade, compõe mais um início, mais uma abertura.

Assim, é importante que ganhem espaço nesta narrativa alguns desses encontros anteriores, em especial, com jovens em conflito com a lei e em situação de institucionalização. No cotidiano das instituições que trabalham com os jovens em medida socioeducativa, vivenciado durante o estágio realizado no grupo de extensão Estação Psi, tomou-se como analisadores os usuais modos de enunciar tais adolescentes como “guris”, mesmo que, na maioria das vezes, recebam também meninas para o cumprimento da medida. Além disso, é significativa a reprodução de discursos machistas e até misóginos não apenas por parte dos jovens, mas também pela equipe técnica das diferentes instituições e até mesmo por meio de normativas, organização dos espaços e cotidianos. Um exemplo da última colocação encontra-se em um estudo sobre o exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade (Mattar, 2008), em que a pesquisa fora realizada apenas em unidades masculinas de internação, pois não existem políticas de visita íntima em unidades femininas no Brasil¹:

O fato de, comparativamente, o número de meninas privadas de liberdade ser infinitamente menor que o de meninos e a crença em estereótipos de gênero que cercam o tema da sexualidade – como a ausência de desejo sexual em mulheres – contribuem para a inexistência de políticas públicas de exercício da sexualidade voltadas para as adolescentes em conflito com a lei. (idem, p. 62).

Na pesquisa “Linha de cuidado em saúde da criança e do adolescente – um estudo acerca da não adesão ao tratamento em saúde mental de crianças e adolescentes” (em andamento), da qual participo há três anos, surgiram casos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e um foi especialmente marcante, no sentido de produzir

¹ Embora no Art. 86 da Lei 12.594 (2012), a qual institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, esteja escrito: “É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima.”; pode haver ainda outros critérios e avaliações elaboradas pela equipe técnica no caso a caso, sendo, assim, uma prática geralmente não “bancada” pelas instituições.

questões para a equipe de pesquisa. Tratava-se de uma adolescente vítima de um feminicídio na ocasião de evasão da casa em que era acolhida – após a passagem (e “não adesão”) no Centro de Atenção Psicossocial Infantil participante da pesquisa. Realizamos uma entrevista com profissionais do abrigo e, dentre as narrativas sobre os acontecimentos, apareceram episódios como a adolescente ter se envolvido em brigas com outras meninas, tendo sido, certa vez, esfaqueada por outra jovem. Segundo as profissionais entrevistadas, ela também trabalhou com prostituição em períodos de evasão do abrigo. Com o prontuário do serviço de saúde participante da pesquisa, traçamos algumas de suas passagens: dois abrigos, duas internações em diferentes clínicas, experiências familiares e uma internação na FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo/RS). Entre tantos lugares e instituições de acolhimento, foi na rua que a jovem de 15 anos fora assassinada pelo seu companheiro e, ainda, segundo as notícias encontradas, poderia estar grávida. A partir deste encontro, em que toda a atenção pareceu não ser suficiente, emergiram questões: como funciona quando estas vidas femininas estão sob a tutela do Estado e o mesmo não dá conta de preservá-las? Que feminilidades são afirmadas e/ou consideradas possíveis em meio a tais práticas tutelares destinadas às jovens?

Somou-se a esses questionamentos a angústia de estar me formando psicóloga e a possibilidade de vir a ser uma engrenagem de tais funcionamentos e políticas públicas. Não me parecia interessante escrever e pesquisar sobre uma população específica sem me implicar neste lugar, sem pesquisar sobre a atuação da psicologia nestes âmbitos. *Começo quase a enxergar-me vestindo a profissão, colocando-me como detentora de determinadas práticas e discursos (práticas discursivas), colocando-me prestativa frente às situações como quem saberia lidar enquanto psicóloga, uma profissional psi... E me bate um medo, uma coisa maluca, depois de 5 anos, achar que tenho em mim algumas formas de se fazer impregnadas, visto tamanha multiplicidade no mundo. O saber é arbitrário, o fazer também. Mas minhas relações se atualizaram a partir deste lugar, já ocupo outras posições de poder: mesmo enquanto estudante, já me olham como quem sabe mais, eu já sinto que deveria saber mais - mesmo que “saber mais” seja muitas vezes condição para saber que não sabemos nada da vida do outro.*²

A psicologia constitui, assim, um campo de forças, práticas discursivas e técnicas que disputam o objeto, no sentido de contribuírem para diferentes modos de se conduzir e governar tais populações (Foucault, 2008). Dessa forma, nos perguntamos o que um/a

² Trecho do diário de campo.

profissional da psicologia, nesses contextos de institucionalização em que atua enquanto agente do Estado, pode operar em termos de efeitos dos procedimentos psi de *governamentalidade*? Como o labor da psicologia se agencia com os próprios processos de subjetivação das jovens internadas, ou seja, como suas práticas produzem e também são produzidas por modos de subjetivação juvenis, nesse caso, femininos? Qual a inteligibilidade possível para as jovens e adolescentes nestas práticas psi?

Em breve revisão bibliográfica realizada, observou-se que não são muitas as pesquisas que articulam as práticas dos profissionais psi no âmbito da socioeducação com jovens mulheres. Embora tenham alguns estudos desenvolvidos na unidade de internação feminina do RS, pela mesma ser considerada um “modelo nacional” (Otto, 2016; Lopes, 2013; Fachinetto, 2008), os problemas desenvolvidos não focalizam nem tais práticas, mas sim nas adolescentes e suas narrativas e experiências (Fachinetto, 2008; Otto, 2016), exceto Lopes (2013), a qual entrevista trabalhadores/as da instituição, a partir de um campo problemático diferente do aqui proposto.

A pesquisa de campo desenvolvida para a construção deste trabalho ocorreu por meio do acompanhamento de rotinas de um profissional da psicologia em uma unidade feminina de cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade em Porto Alegre/RS, o Centro Socioeducativo Feminino da Fundação de Atendimento Socioeducativo (CASEF – FASE). O contato foi iniciado a partir da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia (CEP)³. A inserção no campo foi facilitada por uma mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Mariana Junges, a qual me colocou em contato direto com um psicólogo da instituição, enquanto o projeto era avaliado pela Assessoria de Informação e Gestão (AIG) da FASE. Neste “acompanhar”, participei de atendimentos individuais, atendimentos de ingressas realizados em conjunto com outra técnica, grupos operativos, reuniões pós-grupos operativos, reuniões informais e “espontâneas” que se davam por vezes na sala dos técnicos, procedimento da Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD), atividades recreativas (como campeonato de vôlei e shows realizados na instituição), reuniões de rede e audiências de execução da medida socioeducativa no Foro Central. Além disso, também participei de cinco oficinas realizadas com as adolescentes para a pesquisa da mestranda referida. Não foi possível acessar espaços

³ Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 73075317.6.0000.5334. Número do Parecer: 2.367.606.

de reunião entre técnicos, chefes de equipe e diretoria (principais instâncias deliberativas da casa). Concomitantemente aos movimentos de acompanhar, foi sendo produzido um diário de campo, em que, a partir de deslocamentos, problematizações e articulações com as forças operadas pelo processo de escrita, tentou-se desenvolver a cartografia pela via ficcional como prática de tecitura de um rizoma possível para acontecimentalizar nosso olhar acerca de objetos usualmente tomados como dados.

2 *Costurando Framas Problemáticas*

2.1 *Poder, Produção e Governamentalidade*

Em “Vigiar e Punir” (2014), o objetivo de Michel Foucault é realizar “uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.” (pp. 26-27). Para pensar nestas instituições contemporâneas, Foucault trata de diferentes aspectos do sistema jurídico e prisional da França no decorrer dos séculos. Entretanto, não o faz em uma perspectiva de evolução das leis ou dos processos penais, a qual implicaria supor “uma mudança na sensibilidade coletiva, um progresso do humanismo, ou o desenvolvimento das ciências humanas” (idem, p. 27), tendo como “princípio da suavização punitiva processos de individualização que são antes efeitos das novas táticas de poder e entre elas dos novos mecanismos penais” (idem). Assim, ao desviar o processo em questão de uma noção individualista e evolutiva do ser humano ao punir, o autor toma os mecanismos punitivos como tendo uma função social complexa, não os analisando como meras consequências das leis ou como indicadores de estruturas sociais, mas sim como técnicas com especificidades e tecnologias políticas do corpo em meio aos outros processos de poder.

Essas técnicas e tecnologias modulam novos comportamentos e jeitos de pensar. Assim, o poder e a punição não são lidos, por Foucault, como elementos “negativos”, pois as próprias repressão e restrição, por exemplo, mesmo que aparentemente voltadas apenas para a “supressão”, são em si mesmas “positivas”, pois têm uma função produtora do mundo social, de afirmação de uma normalização, promovendo, assim, aparições, emergências, existências... Ao mesmo tempo, o poder sempre produz resistência - mesmo que de modo virtual (Foucault, 1998) -, a qual sempre será um desvio, uma produção de um modo diferente do que está imposto.

A análise de Foucault não centra no sujeito, mas sim nas modulações de sujeito a partir das tecnologias que subjetivam e na produção de tecnologias de si. Quando certas questões, comportamentos, situações, afetos, pensamentos, pessoas, etc. se tornam uma questão, estamos falando de uma modulação de governo, ou seja, de uma forma de conduzir condutas e constituir um estilo de sujeito e de social: “O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da

ordem do ‘governo’” (Foucault, 1998, p. 244). Dessa forma, podemos pensar, a partir das relações de poder, na noção de *governamentalidade* (Foucault, 2008).

A *governamentalidade* seria uma construção de pensamento ou racionalidade, disseminada a partir da Modernidade, em que a “arte de governar”, entendida enquanto as diversas modalidades e práticas possíveis de governo dentro de um determinado território, passou a ser uma questão. Criaram-se, assim, condições de possibilidade para que diversas estratégias e táticas de administração e gestão da vida fossem desenvolvidas gradativamente, visando atingir os diferentes segmentos populacionais, conforme suas especificidades, a fim de que esses sejam governados com objetivos e finalidades cada vez mais precisas. Na situação dos jovens em conflito com a lei, por exemplo, podemos pensar que:

[...] devido à sua especificidade, eles têm suas vidas geridas de uma forma diferenciada das demais parcelas da população. [...] Por exemplo, a situação dos jovens em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa de internação implica o cerceamento de suas liberdades, o que demonstra uma função de regulação da população por meio de mecanismos punitivos e disciplinares. Se, por um lado, tais mecanismos destinam-se a proteger a vida dos cidadãos de bem, por outro, visam a criar técnicas que limitem a liberdade desses jovens a fim de torná-los, se não menos perigosos, mais vigiados e controlados (Scisleski et al, 2015, p. 507).

A *governamentalidade* não prescinde dos dispositivos disciplinares e de segurança, mas Foucault (2014), a partir dessas modalidades possíveis, coloca duas formas predominantes de tecnologia coexistentes de controle da vida: a *anatomopolítica* e a *biopolítica*. O mecanismo da disciplina diz respeito à *anatomopolítica* do corpo individual de cada sujeito, o qual deve ser disciplinado, treinado, vigiado, corrigido e docilizado, aumentando-se a potência dos indivíduos através da obediência. Trata-se de um controle relacionado ao enquadramento dos corpos individuais dentro de uma determinada norma de caráter mais moral do que estatístico, constituindo um *processo de normatização*. Já a *biopolítica*, atrelada aos dispositivos de segurança, emerge com maior intensidade após a II Guerra Mundial. Essa forma de controle não se dará pela lógica da individualização do sujeito e do seu confinamento em instituições totais, nem a nível do corpo, mas sim a nível da vida, pela gestão e regulamentação do conjunto de multiplicidades de indivíduos a partir da produção de estatísticas e saberes demográficos (como natalidade, expectativa de vida, taxas epidêmicas, mortalidade) que estabelecerão, em um *processo de normalização*, o que será considerado o normal e o anormal (em um registro dos índices aceitáveis e não da norma estabelecida que cinge ao normal e patológico).

2.2 *Anatomopolítica e Processo de Normatização de Gênero*

No que concerne a instituições como as unidades de internação socioeducativa, ambas as formas de tecnologia coexistirão, porém, haverá um predomínio dos mecanismos disciplinares principalmente em função do caráter tutelar dos modos de governar presentes. Quando pensamos neste contexto relacionado a jovens mulheres, a noção de *anatomopolítica* em relação aos corpos femininos (a qual nem é abordada por Foucault em “Vigiar e punir”) deverá ser ainda mais incidente. Cabe nos perguntarmos como esses mecanismos de controle se inscrevem nesses corpos no que se refere a certa *performatividade* de gênero normativa, ou seja, a um determinado sistema de inteligibilidade do gênero feminino.

Parte-se, aqui, da concepção elaborada por Judith Butler sobre o processo de constituição do gênero como uma *performatividade*: “a performatividade não é um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição” (Butler, 2002, p. 34). Assim, pensa-se o gênero como um *processo de normatização* em que as normas estilizam o corpo a partir de “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância [...]” (Butler, 2015, p. 69). Ou seja, o gênero passa a ser uma identidade sustentada pela repetição e reiteração das normas inteligíveis do sistema de gênero vigente em nossa matriz cultural, as quais se cristalizam a fim de criar uma unidade, uma substância do que é o “ser” do sujeito, atribuindo-lhe determinado sentido. Cabe salientar que nunca se está “fora” destas normas: existimos sempre em relação às normas, distantes ou próximos do que se espera – e o que se espera é sempre construído historicamente, política e socialmente.

Quando falamos aqui em “sexo” feminino ou masculino, referimo-nos ao critério jurídico atrelado a um saber biológico para que determinado sujeito seja direcionado a uma casa e outro para outra casa (no que diz respeito às instituições socioeducativas que executam a medida de restrição de liberdade, essa divisão é sempre efetuada). No entanto, a intenção não é legitimar esse critério e, conseqüentemente, a dicotomia gênero/sexo, mas sim considerar que ele opera na prática e, a partir disso, pensar o que isso implica e o que produz, partindo do pressuposto de que o corpo, especificamente o sexo, não é um instrumento passivo onde se versa a construção de gênero (Butler, 2015).

Além do marcador de gênero, há outros marcadores sociais (como de raça e de classe) que complexificam as questões relacionadas ao encarceramento e institucionalização de

jovens mulheres, sendo de extrema importância pensar a partir de uma perspectiva interseccional⁴ (Crenshaw, 2002), evidenciando processos que muitas vezes são invisibilizados.

2.3 *Socioeducação, Gênero e Práticas Psi*

Raniere (2014), desde seu problema de pesquisa sobre a invenção das medidas socioeducativas no Brasil, analisa o Código de Menores de 1979 e o Código de Menores de 1927 (também chamado de Código de Mello Matos) - antigos códigos que regiam as leis direcionadas à infância e à adolescência -, relacionando ao atual Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/1990), e descobre que os termos “socioeducação” e “medida socioeducativa” aparecem pela primeira vez somente no último. Segundo o autor, a “socioeducação” fora cunhada, não por acaso, por Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos redatores do ECA, o qual, tangencialmente, produzia materiais para importantes empresas do país com ideias voltadas à noção de empreendedorismo. O ECA é tomado, comumente, enquanto uma ruptura conceitual em relação aos antigos códigos de menores ao postular que o adolescente é um sujeito de direitos e apostar na garantia destes. No entanto, o que Raniere propõe em sua tese é que o Estatuto, bem verdade, atualiza o que ele vai chamar de “utopia correccional”, criando, a partir da entrada do conceito de socioeducação,

[...] um novo possível em termos de reforma, o qual não estará mais determinado pela administração do tempo, passando a ser agenciado, também, pela identidade do adolescente em conflito com a lei. Esta utopia correccional, longe de ter como modelo o homem socialista, apoia-se no mercado, no empreendedorismo, no protagonismo juvenil, na criação e conclusão de metas. Uma máquina de reformar infratores cujo funcionamento se dá pelo agenciamento da estranha adaptação de um conceito bolchevique com três grandes tecnologias do capitalismo mundial integrado: Responsabilidade, Identidade e Direitos Humanos. (idem, p. 103).

⁴ Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade” ao se deparar com o processo judicial de Emma, a qual não foi contratada por uma empresa por ser mulher negra. O processo foi negado pelo juiz, pois a lei abarcava separadamente raça e gênero, alegando que a empresa contratava mulheres e negros – porém, sem levar em consideração que todas as mulheres eram brancas e todos os negros eram homens. “Talvez uma simples analogia sobre intersecção permitisse que os juízes vissem melhor o dilema de Emma. Se pensarmos sobre essa intersecção, as estradas que interseccionam seriam a forma como a mão-de-obra da empresa estava estruturada pela raça e pelo gênero. E então o tráfego nessas estradas seriam as políticas de contratação e outras práticas que circulavam nessas estradas. Como Emma era, simultaneamente, negra e mulher, estava posicionada precisamente onde as estradas se cruzavam, experimentando o impacto simultâneo do tráfego sexista e racista da empresa. A lei é como uma ambulância que chega e está pronta para tratar Emma apenas se ela demonstrar que foi ferida na estrada da raça ou na estrada do gênero, mas não na intersecção dessas estradas. Então, como descrevemos sermos atropeladas por várias forças e depois sermos abandonadas e entregues a nós mesmas?” (Crenshaw, TEDWomen 2016).

Tal constatação é bastante relevante se pensarmos o papel da psicologia nas instituições socioeducativas imbuídas desta trama de relações e ideais contemporâneos. O Estado parece “tutelar a existência” (idem, pp. 80-81) também das jovens internadas (e não só dos jovens, foco do autor citado), por meio do processo de constituição de uma “identidade empreendedora” e de uma relação pautada pelo dever e pela responsabilidade, com diferenças no que diz respeito à constituição de uma determinada “identidade feminina empreendedora”.

Talvez seja importante retomar, assim como Raniere, as antigas legislações, porém, com o objetivo de encontrar pistas sobre as formas com que as instituições se relacionavam com as juventudes femininas. O único código que marca, em sua redação, diferenças associadas às categorias de gênero é o Código de Menores de 1927. Neste, há também uma diferenciação entre “abrigo de menores” e “institutos disciplinares”: “O Código de Mello Matos separa as medidas [de proteção] indicadas a menores abandonados daquelas indicadas a delinquentes [medidas de reforma].” (Raniere, 2014, p. 41), o que depois, no Código de Menores de 1979, se unifica em “medida de proteção”. É também interessante perceber a ausência de profissionais psi no quadro de trabalhadores exigidos no Abrigo de Menores, em que professores, inspetores e “mestres” (em trabalhos manuais e ginástica) são a base das práticas em conjunto com as regulações burocráticas. No instituto disciplinar voltado às jovens mulheres, são colocadas as seguintes atividades:

As menores serão ensinados os seguintes officios:

Costura e trabalhos de argulha; Lavagem de roupa; Engomagem; Cozinha; Manufactura de chapéos; dactylographia; Jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves.

§ 1º Os officios irão sendo creados, á medida que o desenvolvimento da escola o permittir.

§ 2º Os serviços domesticos da escola serão auxiliados pelas alumnas de acordo com a idade, saude e forças dellas. (Brasil, 1927, Cap. IV - Art. 202).

Chama a atenção que, na atual unidade feminina de internação socioeducativa do RS (CASEF), as adolescentes também são responsáveis pela “lavagem de roupa”, por meio do “projeto lavanderia”, em que elas recebem um salário para lavar roupas de todo o complexo da instituição, incluindo as roupas de cama das casas masculinas. Sobre as atuais atividades relacionadas à “cozinha”, a instituição conta com o “projeto lanche”, em que as adolescentes que tem acesso ao “material de risco” (como utensílios de cozinha) podem preparar e vender lanches para familiares em dia de visita e funcionários da instituição. O valor arrecadado neste projeto é convertido para gastos/melhorias com a própria casa, como a compra de ventiladores, aparelhos de som e etc. Há também oficinas de artesanato. Além disso, assim como os serviços domésticos eram auxiliados pelas “alunas” dos institutos disciplinares, no CASEF, as adolescentes são obrigatoriamente responsáveis pela faxina de toda a unidade.

Elas acordam mais cedo (inclusive mais cedo do que os gurus) para a organização do próprio quarto e para realizar a faxina. Importante salientar que tais atividades se tornam um problema (em termos de fazerem questão) quando postas em relação ao que se exige dos adolescentes nas casas masculinas.

3 *Jogos de Xadrez*

3.1 “*Tabuleiro*”: a instituição disciplinar, o xadrez urbano e a exclusão social

Sou bem mais do que concreto armado, vigas e tijolos.

Olhando para dentro de mim, talvez lhe custe a cair a ficha de que sou quem realmente sou. Pois até que tenho cara de casa: as paredes coloridas, os quadros pelos corredores, a árvore de Natal em tempos de sua comemoração, as socioeducadoras a beber chimarrão no pátio, a pipoca na hora da novela, os sofás na sala, os quartos com armário, a música na hora do vôlei no recreio da escola, as festas de formatura, os shows de bandas... Tudo isso cria condições para sorrir, para uma conversa a ser jogada fora; tudo isso tenta ofertar aquele aconchego de que está tudo bem. Até mesmo o que deveria ser a exceção (mas que não é tanto para uma determinada classe social), ou seja, viver dentro de mim, no xadrez, pode acabar sendo banal no dia a dia. Porém, se prestares atenção, encontrarás os elementos e práticas para além das peças que preciso fazer existir no decorrer do jogo, por vezes mais, por vezes menos. Esses estão sempre ali, prontos para serem utilizados e tornarem a casa menos casa e mais prisão: as grades no lugar das portas no corredor, as portas de ferro dos quartos com um pequeno retângulo vazado e gradeado (para que se consiga olhar dentro mesmo quando as portas estão fechadas), as avaliações para as adolescentes terem acesso aos “materiais de risco” (como garfo, faca, tesoura e etc.), as grades nas janelas, as rotinas estruturadas, os bebês no berçário igualmente gradeado, os uniformes das agentes, as algemas penduradas na parede em uma sala perto da recepção da casa, as faixas de contenção dentro de um armário nesta mesma sala, o quartinho da contenção...

Deixe-me me apresentar melhor. Sou arquitetada em contextos específicos, sendo, assim, também histórica. Sou uma estrutura material que tenta, num exercício cotidiano que ocorre no interior de minhas entranhas, operar lógicas a partir dos usos para os quais fui elaborada. Aliás, tais usos podem soar óbvios: o de prender as adolescentes que descumprem leis, o de excluir temporariamente da sociedade jovens que colocaram em risco a “ordem” e o “bem estar” social, enfim, o de punir pela via da restrição de liberdade. Mas estou pra te dizer que nem sempre existi, que nem sempre fui construída de um único jeito. Tô pra te dizer que,

bem verdade, não existe obviedade nenhuma na minha existência, pois podia não ser eu, podia ser outro⁵ a executar quaisquer intervenções sobre esses corpos.

Pode também parecer, à primeira vista, que tenho uma função puramente negativa, a de repressão dessas jovens mulheres. Porém, a inserção da pessoa no xadrez é também a inserção do xadrez na pessoa. Ao exercer esse meu ofício primordial, minha própria organização interna já imprime certa ordenação das jovens, dos seus corpos, gestos e cotidianos. Ou seja, na tentativa de evitar certos comportamentos, afetos e pensamentos destas, acabo, por meio de algumas tecnologias que me são possíveis (como a estruturação de uma rotina com imperativos temporais, com projetos de lavanderia, artesanato e etc.), treinando e adestrando para como deve de ser. No lugar de tudo isso que eu acho errado, banco um modo de existência que eu acho mais correto e que tem a ver com um certo padrão. Tu também não achas interessante que as jovens tenham a oportunidade de aprenderem a serem boas meninas, de cuidarem de um lar e de tomarem jeito nesta vida?



Porém, o que venho aqui falar também é sobre o peso dos tijolos (acho que estou ficando velha), sobre o peso da instituição em minhas paredes, pois não é fácil sustentar tanta história. Venho falar dos entres que não são cimento, embora tenham também seus estados fluídos e duros. Venho falar do que escapa às minhas imposições e que tem me feito pensar. Venho, aqui, abrir a boca dos claustros, dos quartos que não são somente espaço privativo embora possam, por vezes, fazer a morada de uma jovem mulher de cada vez.

Por um lado, como eu já disse, até que parece tudo bem, pois, em mim, elas estão seguras da vida lá fora. Vida lá fora que demarca que existe uma outra vida aqui dentro, onde o preço da segurança (delas e da sociedade) é a própria liberdade individual. Se eu não

⁵ No capítulo “A Mitigação das Penas”, Foucault (2014) traz um contexto do fim do séc. XVIII (o qual muda rapidamente) de Reforma Penal pós-soberania na Europa em que a prisão não era a forma geral de castigo proposta pelos reformadores – “Melhor, a ideia de uma reclusão penal é explicitamente criticada por muitos reformadores porque é incapaz de responder à especificidade dos crimes; porque é desprovida de efeito sobre o público; porque é inútil à sociedade, até nociva: é cara, mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhes os vícios; porque é difícil controlar o cumprimento de uma pena dessas e se corre o risco de expor os detentos à arbitrariedade de seus guardiões; porque o trabalho de privar um homem de sua liberdade e vigiá-lo na prisão é um exercício de tirania” (pp. 112-113). Entretanto, mesmo nesta época, a prisão e as casas de detenção substituíam, por exemplo, o trabalho em galés para mulheres, crianças e inválidos (p. 117).

sentisse os golpes das pedaladas⁶ na porta de cada quarto, se eu não sentisse elas me chamarem de “inferno”, se eu não sentisse suas lágrimas molhando as fronhas dos travesseiros, se eu não sentisse os socos na parede antes de serem amarradas no colchão no quarto de contenção, se eu não sentisse as suas dores e se não reverberasse em mim cada percussão, cada ofensa, cada grito, cada tristeza; talvez eu me achasse de fato ideal. Afinal, são tantas as oportunidades que se constituem a partir de mim: terminar o colégio, fazer cursos, participar de projetos, conversar com profissionais como o/a psicólogo/a e o/a assistente social... O mundo lá de fora fica distante, não entra o tráfico, não entra as drogas, não entra os guris, não entra o familiar foragido. Mas algo fica e se atualiza nas relações entre elas e comigo, algo que entra pelas minhas frestas sem que eu consiga evitar, algo que acompanha o ar da rua, as visitas dos familiares, as notícias de um/a ou outro/a namorado/a assassinado/a, o desejo de se estar com a família, de viver como se quer, como se aprendeu a ser “sujeita”, com quem se quer, onde se quer. A vontade de simplesmente estar em uma casa ou em um espaço qualquer em que o mínimo sentimento de pertencimento é mais acolhedor do que o máximo que consigo produzir.

Eu sou política pública, porém, ter seu mundo privado em mim, mesmo que por um período limitado, implica em, paradoxalmente, destituir-se do público, não mais poder frequentar espaços comuns aos ditos cidadãos desta cidade. Acabo, assim, excluindo dimensões do próprio público e ainda mais do próprio privado, pois, em mim, não podes exercer abertamente tua orientação sexual se esta for desviante da heteronorma, e se for condizente com esta, não podes exercê-la com quantas pessoas tiveres o interesse⁷; também não podes te vestir do jeito que quiseres, nem mesmo preparar tua própria comida⁸; não podes sair de mim sem a permissão da lei e/ou de quem é autorizado a fazer a lei em tempos de estado de exceção⁹. O Xadrez, em sua lógica interna própria da internação, busca internalizar os padrões do xadrez mesmo na sujeita em suas cores e expressionismos líricos: no xadrez o

⁶ As “pedaladas” são uma forma de mobilização que ocorre quando as adolescentes estão trancadas em seus quartos e querem protestar ou reivindicar algo e, então, dão chutes nas portas de ferro dos quartos ao mesmo tempo, fazendo muito barulho.

⁷ Ouvei falar que, quando realizavam festas mistas (com os adolescentes da casa masculina e as adolescentes da casa feminina), havia uma regra em que a jovem não podia ficar com/beijar mais de um jovem.

⁸ Até que seja avaliada que pode manipular materiais de risco como garfo e faca – quando isso acontece, a adolescente pode, então, até participar do “projeto lanche” em que vendem comida que elas mesmas preparam para os/as funcionários/as e para quem mais circular pela instituição.

⁹ “- Imagine um educador social em uma unidade socioeducativa de internação. É sexta-feira à noite, a equipe técnica e a direção não estão mais na casa. Dois adolescentes brigaram e ele precisa encaminhar a situação, o que ele geralmente faz? – Coloca os dois meninos de medida? – Exato. Eis uma imagem perfeita de Estado de Exceção. – Como assim? – Quando o educador decide sozinho trancar os dois moleques ele assume para si os três poderes do estado. Ele é ao mesmo tempo o poder legislativo, judiciário e executivo. Ou seja, ele julga, estabelece a norma e executa.” (Raniere, 2014, p. 46).

sexo não pode mover peças, o flerte se dá de uma casa por vez e a sexualidade é tramada pela união do preto com o branco, excluindo o cinza e demais cores do arco íris.

Há quem questione os limites da intervenção socioeducativa. “Deveria de ser a sexualidade das adolescentes um objeto desta intervenção?” perguntam-se. Porém, em mim, o corpo e a vida em geral são objetos dessa intervenção, pois mesmo que não se faça nada a respeito disso, o “deixar como está” (suposto “nada”) já é uma ação sobre o corpo que está ali. Não existe neutralidade a respeito de certas esferas da vida das adolescentes, muito menos quando se trata de assuntos que são considerados tabus socialmente, porque elas estão aqui integralmente, seus corpos estão aqui e são, inevitavelmente, alvos da intervenção atravessada pelos valores morais que regem a própria lei.

Minhas paredes já sentiram o tempo de tantas formas: já fui Instituto Feminino de Readaptação Social, já fui unidade da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), sou, hoje em dia, uma casa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). Já me localizei em diferentes ruas de Porto Alegre, morando de cantos em cantos, esses sempre mais afastados do centro da cidade e relativamente perto de parentes xadrezes e xadrezas como o Hospital Psiquiátrico São Pedro, o Hospital Sanatório Partenon, o Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso, a Academia de Polícia Militar, o Instituto Penal Irmão Miguel Dário, o Hospital Espírita de Porto Alegre e o Presídio Central. Formamos juntos um cinturão de xadrezes, os quais circunscrevem aquela própria região até hoje como espaço de exceção que nos alberga e ao qual nós mesmos albergamos.

Por um tempo, quando eu me chamava Instituto Feminino de Readaptação Social (1950-70), habitei as imediações do bairro Partenon (mais especificamente no bairro Teresópolis) e suas *exclusivas* quadras... Havia uma época em que as mesmas eram ainda mais periféricas em relação ao centro da cidade. E suas vastas pastagens, com seus campos e bois, foram sendo pouco a pouco loteadas. Em meio às suas cisões, grandes edificações, voltadas para a operação de segregação, nasceram junto comigo. A cidade foi crescendo, crescendo, e nosso berço esplêndido e em expansão me foi jogando para o lado, me afastando um pouco mais. Os braços radiais (avenidas Bento Gonçalves e Ipiranga) que vinham do centro urbano se lançavam mais e mais na direção destes interiores dos nossos xadrezes, deslocando nossas posições e obrigando reconfigurações. Até que chegamos, eu e minhas cristalizações, ao bairro Cristal, nos limites com Santa Tereza, já que fico quase ali, na descida do morro. Curiosamente para construir xadrezes é preciso um território não lavrado por nossa ordem: precisamos de campos lisos em planícies abertas ou das geometrias incertas

das vielas nas vilas e favelas. Assim, na medida em que o xadrez urbano ia avançando pelas linhas radiais do urbano, nossos xadrezes eram mais e mais tensionados ou até mesmo deslocados, como em nosso humilde caso, no qual buscamos guarida no alto do morro.

Partenon. Cristal. De templo grego dedicado à deusa Atena a uma pedra preciosa na fronteira com uma freira carmelita (Santa Tereza) - nomeações, talvez possamos dizer, eufemísticas a esses territórios -, existo sendo parte destes que são exemplos de uma civilidade perdida em uma nova urbanidade de exclusões e execuções a céu aberto (vide a trágica multitude de homicídios que saraivam os chãos dos bairros com pontos no Mapa da Violência¹⁰). Mesmo hoje, quando nós, os/as xadrezes/as, nos fazemos talvez puidos e insuficientes em nossa ação, vemos o espraiar do estigma para fora de nossos muros, inundando territórios, vascularizando-os de violações, violências e vulnerabilidades tão novas quanto antigas. Talvez mais do que necessitarmos da ausência de xadrezes urbanos à nossa volta para fazer surgir nossos xadrezes fechados e autoreferidos, nós tenhamos realmente uma ação de desfazer tais linhas no nosso entorno, talvez nossas duras linhas civilizatórias cultivem o caos da barbárie no seu próprio entorno... Talvez meu xadrez que queira reformar estigmas infames finde por fazer vazar estigmatizações famosas. Afinal, quem nos quer como vizinhas se já somos feitas de altos muros e a longas distâncias para evitar olhares que transpassem nossa lógica fechada?

¹⁰ Partenon (106 homicídios), Cristal (87 homicídios) e Santa Tereza (239 homicídios) estão entre os bairros onde ocorreram mais crimes de homicídio em Porto Alegre desde 2011, sendo outros bairros com alto índice: Rubem Berta (470), Restinga (299), Sarandi (226), Mário Quintana (202) e Lomba do Pinheiro (187) – dados referentes ao número absoluto de crimes desde 2011, atualizado em 29/03/2018 (fonte: Raio X da Violência, Zero Hora).



Figura 1 – Intervenção com colagens em mapa do Google (2018)

Embora aparentemente duras, as regras que dentro de mim operam são constantemente repensadas e alteradas conforme as circunstâncias - eventos que ressoam qualquer desordem e que, percorrendo o caminho inverso para impedir que tais contingências se agenciem novamente, se toma qualquer pedra no meio do caminho como causa total do acontecido, fazendo com isso o que for: proibindo, criando um novo sistema que não a deixe escapar, suprimindo ou impondo novas etapas ao antigo sistema... Regras geralmente existem por essa alguma pedra/razão que, algum dia, se tentou apreender. Mas essa razão é, quase sempre, arrastada pelo tempo assim como a poeira feita de pele o é pelo vento que entrecruza as grades de meus olhos. Pele que me faz chorar, pois, antes de morta, integra corpos, corpos que fazem parte de mim, pois sem eles eu nada seria.

E pele e regra aqui se relacionam explicitamente... É um pouco diferente do “mundo exterior”, pois há essa operação de cristalização de correlações específicas em meio a um infinito de outras correlações possíveis. Dentro de mim, muita pele a mostra pode ser pedra e não poeira. Pele de perna, pele de coxa, pele de peito, pele de bunda. Quanto menos aparecer, menos desordem, pois um dia disseram que a culpa é dessa pele de mulher que provoca ereção de outras coisas além dos pelos em dias de frio. Provoca descontrole.

Nesse jogo de regras e de produção de formas de ser, vou percebendo certas contradições. Na campanha do Outubro Rosa, aconteceram vários eventos, dentre eles, o “dia da beleza”, em que as adolescentes puderam utilizar serviços de um salão de beleza. Porém, em dias comuns, não se pode usar maquiagem, e algumas fizeram de tudo para preservar o batom e a maquiagem pelo máximo de tempo, cuidando para que as câmeras do espaço não detectassem. Apesar de serem proibidas desde roupas decotadas a calças rasgadas, promoveu-se também o Concurso Garota Verão, em que algumas adolescentes foram selecionadas para participar e a vencedora era magra e branca¹¹. No xadrez, aparentemente tudo tem que ser exato, mas por vezes é necessário certo embaralhamento, pois nem tudo é xadrez no xadrez: tem que ser bonita, tem que ser asseada, não pode ser relaxada, há que se estar tesa, com unhas feitas, pele depilada, cabelo brilhante e tudo mais de edificante que cabe na construção do feminino. Mas ai de quem ficar sensual! Mas ai da danada que se fizer sedutora em tanta beleza, pois esta certamente será culpada mais uma vez. Não de ser relaxada, por certo, mas atirada, safada ou afim, culpada de provocar, enquadrada por nitidamente se embelezar para seduzir inocentes de modo bíblico.

¹¹ Reafirmação de uma inteligibilidade do gênero feminino como focado em questões relativas a sua aparência segundo um padrão estético próprio da branquitude.

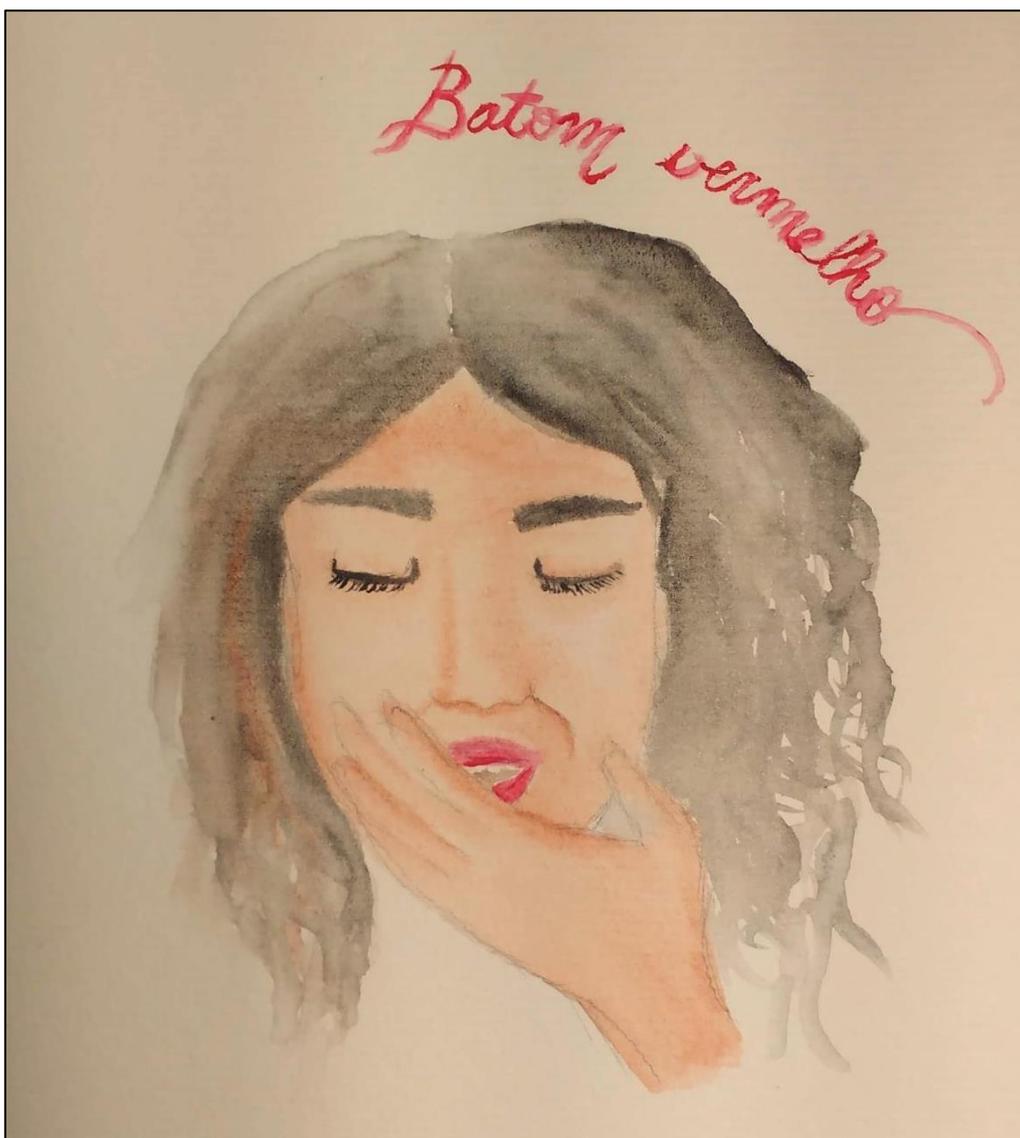


Figura 2 – “Quando é proibido, a gente ri de nervosa” (2018)

O xadrez também é doméstico. Ou melhor. O xadrez também é domesticação. A mulher em sua sensualidade exacerbada deve ser contida no xadrez do cotidiano - nos enquadramentos domésticos -, como as gregas, filhas de cidadãos atenienses, o eram no gineceu (parte da casa grega destinada às mulheres e crianças), como as freiras o são até hoje nos claustros eclesiásticos. Mas nem tudo que enquadra é quadrado. Por vezes pode ser redondo (embora a “circulação” pelos espaços públicos há de ser ainda restrita quando não se trata de casos de prostituição e dos mal falares em geral). Isso é uma novidade que aprendi com novos tempos e novas práticas. O espaço do Grupo Operativo (G.O.) realizado por aqui, o qual se dá a partir de uma organização circular supostamente mais horizontal em que participam adolescentes, técnicos/as e agentes socioeducativos/as, é também de exposição e discussão a respeito de questões domésticas do cotidiano. É, acima de tudo, um dispositivo de

controle, pois é um espaço que se constitui enquanto um “termômetro de como está a casa”¹², além de impor outra forma de resolução de conflitos, em que não pode ter agressão física nem verbal, e cada adolescente se inscreve para falar levantando a mão.

Naquele dia, Gabriel sentiu que de fato adentrava o inferno com os gritos de Mariana que enunciavam isso. Rosane não havia seguido as combinações realizadas para o G.O., já que Vivian estava na sala, além de diversas pessoas que nada tinham a ver com aquele espaço formarem uma pequena plateia atrás do círculo principal. Parecia um momento decisivo para reconstrução de como se dariam as normas implícitas da casa a partir de então, ou seja, como seria o acordo tácito que se dá no cotidiano, no âmbito das normas flexíveis, do convívio e das conveniências, daquilo que não há um padrão pré-determinado. Um técnico disse que sua equipe e os agentes “dançariam conforme a música”, e que estava na mão das adolescentes decidirem que música era essa. Se elas quisessem que eles e elas pegassem pesado, pegariam. Mileni, uma agente socioeducativa que havia se envolvido na polêmica do final de semana e que, portanto, também não deveria estar ali, fez um discurso sobre como as/os trabalhadores/as haviam lutado pra transformar o CASEF em uma casa como a que elas viam ali, pra ter árvore de natal, pra ser um ambiente agradável. Ela mesma, muitas vezes, abria mão de estar com sua própria família para ficar ali, até em datas comemorativas como o natal, porque acreditava no trabalho feito daquela forma, e estava profundamente triste de ver as coisas sendo perdidas: a programação, a pipoca, as compras de roupas... (coisas que vão sendo retiradas no esquema de negociação e trocas cotidianas conforme o comportamento das adolescentes). “Não sei qual é a dificuldade que vocês veem de ficar aqui!”, ela dizia repetidas vezes. A plateia era composta de pessoas que também quiseram dar, cada uma, o seu discurso em diferentes momentos. Havia, no ar, propostas um tanto paradoxais de como elas deveriam se comportar, pois oscilavam entre cada uma cumprir “na sua” a medida e entre cada uma precisar expor quando soubesse de alguma coisa que estava acontecendo (pois “quem não fala compactua”), sendo que, contraditoriamente, delatar as envolveria em conflitos com as outras adolescentes, impedindo o cumprimento da medida de forma individual.

¹² Trecho de uma entrevista realizada na pesquisa “Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões” (BRASIL, 2015, p. 73).

Como a vida vai ser boa quando tu saíres daqui "ressocializada"!

Mas te distancias de quem vai te levar de novo praquela vida, mesmo que esse alguém seja da tua família.

Mas não o guri que tá ainda mais envolvido com o tráfico do que tu. Também não uma guriá.

Tu já foste muito ousada, agora é hora de entrares na linha, viu?

AME MAIS

Imagine **Namore**

~~Ouse~~ Tenha Fé

Perdoe Sorria

ACREDITE EM VOCÊ

Viva Com Alegria

APROVEITE A VIDA

Divirta-se Acredite

Faca Amigos

Tenha Coragem

Seja Otimista **Mude**

~~FAÇA ALGO DIFERENTE~~

~~Reinvente-se~~

SEJA FELIZ

Você está sendo filmada e controlada.

Mesmo presa, isso é possível!

Mas a "Justiça" não te perdoou...

Mas não que te influenciem negativamente, tá?

Te comporta bem e te arruma para o juiz.

Não sejas quem tu estavas sendo antes de vir parar aqui.

Mas não use nenhuma substância ilícita, tu não vais ser considerada só usuária quando te pegarem de novo.

Figura 3 - "Ame mais, mas..." - intervenção em frases imperativas (2018). Um adesivo de parede decorativo igual a este (em preto) está colado na recepção do CASEF atualmente.

3.2 “Bispa”¹³ ou Irmã Maria Eulália¹⁴: a trama religiosa também transversaliza o jogo

Sou bem mais do que uma mulher por debaixo de um pano preto e branco.

Eulália tem 36 anos de idade e desde muito cedo sentiu o chamado de Deus para atuar sua vocação à vida consagrada no insólito acaso da água benta despejada em todo seu corpo quando seu pai, homem praticante do cristianismo, foi lhe jogar umas gotículas e, sem querer, derramou-lhe toda água benzida contida na garrafa. Às ressignificações deste fato, somaram-se as insistências de sua mãe e de suas tias que sempre a acharam desengonçada demais para servir a um marido, mas não para servir a Deus. As condições da família não eram das melhores, sendo uma opção ou outra as únicas alternativas naquela época ao alcance de Eulália, que quanto mais buscava a Deus mais tardava se aproximar dos outros homens ao seu redor, pelos quais nem se sentia atraída. Ao menos Deus era um homem distante, longínquo, que, por mais que buscasse, sempre se encontrava escondido entre símbolos e novenas. Eulália assim inculcou que com certeza Deus valia mais a pena e, com 19 anos, após os anos de formação, professou os primeiros votos evangélicos (pobreza, castidade e obediência) e foi viver sua vida mendicante no Convento das Irmãs da Congregação do Bom Pastor D’angers, para dedicar-se às obras de caridade de Deus voltadas à ressocialização de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade. Não que algum dia de fato tenha conseguido abnegar a si mesma em



Figura 4 – “Freira xadrez” (2018)

¹³ Ainda que uma freira consagrada esteja na mais baixa posição da hierarquia eclesiástica e seja, assim, também de certa forma uma “peã” (e não uma “bispa”), aqui consideramos sua posição nos jogos de poder micropolíticos, ou seja, na relação com as jovens.

¹⁴ Esta narrativa foi construída especialmente a partir de dois materiais:

- a) A tese da historiadora Debora Karpowicz (2017), “Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D’angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)”, na qual a autora estuda a experiência de uma instituição múltipla - que, em suas diferentes fases, possuía diversas outras funções para além do encarceramento de mulheres, como educação, ressocialização e amparo de meninas e mulheres – gerida, por 45 anos, pelas Irmãs da Congregação Bom Pastor D’angers.
- b) A série “Juana Inês”, disponível na plataforma Netflix, que retrata a vida e a obra da poetisa latino-americana que viveu durante o período colonial mexicano.

nome de Jesus Cristo, mas acreditava a tal ponto no altruísmo religioso que abnegou muitos dos prazeres mundanos. Aguentou na carne e calada os calafrios dos sonhos quentes nas noites de inverno gaúcho, quando lembrava do que lhe contaram sobre a Irmã Juana Inês de La Cruz, freira mexicana da Ordem das Jerônimas, que viveu entre 1651 a 1695. Contaram-lhe que Juana Inês cometera o pecado da luxúria dentro dos muros do convento, tendo sido amante de duas vice-rainhas da Nova Espanha (como era nomeado o México). Como alguém pode cair tanto em tentação?, se questionava Maria Eulália, mas essa história lhe deixava estranha, com sua vagina produzindo mais muco do que o normal. Ela não só sentia, mas então colocava os dedos entre as pernas para conferir a coloração do muco, e uma boa sensação a tomava profundamente, pesando sua consciência imediatamente. Deus é onisciente, não podia sentir isso, Jesus Cristo que a salvasse da tentação dessas sensações do diabo que a desviavam de seu destino mendicante.

Maria Eulália começou sua missão em 1938¹⁵, trabalhando na Escola de Reforma¹⁶, primeira instituição do Rio Grande do Sul e do Brasil destinada ao acolhimento de mulheres que cometeram algum delito. No início, Eulália tinha certo receio com a missão, mas então se lembrava do que lhe havia dito uma Irmã: “a justiça já condenou, para nós, só vem o ser humano”¹⁷, e foi, assim, abrindo o seu olhar para cada moça encaminhada da Casa de Correção. Era como se as internas, que muitas vezes ali aprendiam a disciplina de corte e costura, também precisassem elas mesmas serem “reformadas” assim como as roupas, fazendo jus ao nome da instituição. E o trabalho se constituía, então, enquanto um alinhamento desses tecidos – para além do epitelial, conjuntivo, nervoso e muscular, embora o próprio corpo e, conseqüentemente, suas células também fossem objeto desta reforma - anteriormente desajustados. Costurando-se os possíveis rasgões, remendando-se furos puídos com cuidado e fazendo dos trapos roupas galantes outra vez. Maria Eulália imaginava-se trazendo brilho às peles de seda, trançando os cabelos de tricô, passando com ferro para ajuda-las a esquecer das marcas passadas, tecendo com as jovens mulheres novos caminhos de vida que lhes orientasse as almas.

¹⁵ Ano em que o Decreto que organizava a Polícia do estado do RS passou a prever o delito e o encarceramento feminino, antes mesmo da legislação federal (Karpowicz, 2017, pp. 159-160).

¹⁶ A Escola de Reforma (1936-39) foi instituída após o primeiro contrato entre a Congregação do Bom Pastor D'angers e o Governo do estado do RS. Tal documento estabelecia que as Irmãs administrassem a Escola de Reforma e o Abrigo de Menores do Estado, porém, em um primeiro momento, não havia espaço físico para as duas frentes, “sendo a prioridade do Governo a administração da Escola de Reforma, a qual acolheu as mulheres presas da casa de correção da cidade de Porto Alegre” (idem, p. 148).

¹⁷ Trecho de entrevista realizada por Karpowicz em 2016 com Tânia Nascimento.



Figura 5 – “Mulher reformada” (2018)

Alguns meses depois, a Escola de Reforma passou a se chamar Reformatório para Mulheres Criminosas¹⁸ e assim permaneceu por 11 anos, até a mudança de endereço para o bairro Teresópolis, onde foi inaugurado o Instituto Feminino de Readaptação Social¹⁹ e a instituição passou a acolher também meninas órfãs enviadas pelo Juizado de Menores ou pelos próprios pais para ressocialização e regeneração no Instituto Bom Pastor, além de mulheres condenadas ou em processo de julgamento, freiras em formação, idosas da alta sociedade de Porto Alegre e meninas que apenas estudavam na Escola doméstica (primário e ginásial)²⁰. No Instituto, eram realizados cursos de formação para o lar, para atividades em salão de beleza, além de cursos de datilografia, de encadernação, de modista, de bordado, de puericultura e de arte culinária²¹. Com o passar do tempo, irmã Eulália passou a se indagar sobre os caminhos da virtude dos quais as moças eram desviadas, mas, mais do que isso, começou a pensar neste redirecionamento do qual se empenhava e que contava com duas possibilidades futuras: para aquelas que davam para os estudos, a possibilidade de realizar um curso técnico e vir a trabalhar; para as outras, a possibilidade de se aprofundar nos saberes dos lares e vir a ser uma boa esposa acima de tudo. Quanto a este último, cada vez mais um rebuliço atacava seu estômago na hora de suas orações, momento dedicado às suas reflexões do trabalho com Deus e com as jovens, e então indagava ao Senhor, servir a Ele é uma coisa, mas a que outros homens, muitos pouco devotos, valeria o suor de seus esforços? Era difícil para Maria pensar, ela mesma, em sua condição, mas no fundo sabia que preferira o claustro às correntes de um “bom” marido.

No Instituto Feminino de Readaptação Social, Maria Eulália dedicou-se especialmente à obra do Instituto Bom Pastor, a “secção de menores”, que, em determinadas épocas, teve mais internas do que as outras secções de mulheres. Em 1953, foram registradas setenta meninas: vinte trazidas pelo Juizado de Menores (cujas despesas eram pagas pelo governo) e o restante,

¹⁸ O Reformatório para Mulheres Criminosas (1939-50) constitui a segunda fase do Madre Pelletier instituída após o segundo contrato entre a Congregação e o Governo do RS.

¹⁹ O Instituto Feminino de Readaptação Social (1950-70), em vigência após o terceiro contrato, constituiu a fase mais múltipla da instituição, em que o espaço teve diversos usos;

²⁰ “É notória a grandiosidade e a importância da instituição no contexto em que se insere. Diversos usos se fazem, desde a reclusão de mulheres condenadas por delitos cometidos, meninas com ‘necessidades’ de reintegração social, e até escola primária e secundária. São papéis distintos, mas com objetivos próximos, adequar mulheres e meninas aos moldes da sociedade.” (idem, p. 258).

²¹ “As frentes de trabalho buscavam reforçar o papel da mulher. Eram desempenhadas funções relativas à condição feminina, de dona de casa e mãe. Essas meninas/mulheres tinham o dever de aprender determinadas funções domésticas para se prepararem para a vida fora deste espaço.” (idem, p. 240). É interessante notar que, ainda nos dias de hoje, são oferecidas atividades de parecido teor às jovens nas instituições, enquanto que os meninos têm possibilidades outras de escolha (por vezes também atreladas às condições de gênero, como cursos de mecânica, mas a maioria das atividades são ampliadas adentrando diversos campos da vida que não uma maioria, como no caso das meninas, relacionadas ao doméstico e ao estético).

meninas de particulares, entregues por familiares ou tutores²². Nesta data, Maria tinha 34 anos, dentre eles, 15 dedicados à missão. 15 também era a idade de Lourdes, jovem mulher encaminhada pelo Juizado ao Instituto, e que fora pega cheirando loló embaixo do viaduto da Borges. A história de abandono de Lourdes, menina de um sorriso largo, mexia com Maria, que prometeu dar-lhe tudo que Jesus havia compartilhado com os pobres e mais um pouco, como os cuidados que Jesus não poderia de dar, porque só uma mãe, como a Maria nossa senhora, é que poderia: um afeto que, na rua, pensava Eulália, Lourdes jamais encontraria.

Na ânsia de ver ali uma proteção, Maria Eulália também se mobilizava a cada partida/dada por estabelecida a recuperação, e precisava de um tempo reservado em seu aposento. As Irmãs, no início, pensavam que ela prontamente se encarregava de encaminhar burocracias, tamanha sincronia com as saídas eram suas idas ao quarto-escritório. Depois, entenderam que se tratava de uma infelicidade que, mesmo estranha a elas, havia de ser respeitada. Em prantos, Eulália rogava aos céus perguntas sem respostas e se permitia sentir saudades. Que destino horrível estava reservado para aquela pobre mulher que retornaria para os braços do seu Adão? Que saudades dela, de pentear seu cabelo, de auxiliar nas rotinas do vestir e do despir... Em sua angústia, Maria era tomada por dúbios pensamentos que embaralhavam sagrado e profano. Logo, por uma via pouco racional, sentia que não havia de ser fruto (proibido) do satanás algo que de tão belo parecia preencher seu ser. Era um afeto deveras sacro, um território seguro que ela bem conhecia. Que mal havia tocar no sagrado, Maria de Nazaré fora tocada pela luz do espírito santo, sem violação, sem penetração. Ingeresse o corpo de Jesus, a religião é também essa conexão de corpos, e o corpo da mulher é o mais sagrado de todos. Emocionada, Eulália gozava um gozo divino, imaculada era a dança das tesouras que não se cortam.

²² Informações baseadas na ata de 1953 (idem, p. 251).

3.3 “Peã” ou Kaille²³: outros modos de existência e linhas de fuga

A todo tempo, lembro de que são adolescentes e, por serem gurias, parece que consigo ver um pouco de mim ou das minhas amigas em cada uma delas... Mas daí vou encontrando as gritantes diferenças e lembro de onde todas nós estamos naquele momento ao olhar para as grades nas janelas, ao pensar na distância da família ou das pessoas que elas gostam e no fato de que eu vou poder sair e elas não. Penso que estou aqui escrevendo, e elas seguem lá. Lembro de que saí no último final de semana, e elas seguem lá. Lembro de que circulo pela cidade, vou para a faculdade, para o estágio, para a cafeteria, e elas seguem lá. Lembro de que posso escolher entre estudar, namorar ou ir a uma festa, e elas seguem lá.

Lembro de que posso viver algo que a sociedade chama de “juventude”, enquanto essas jovens, mais jovens do que eu, seguem lá, aprisionadas, vivendo uma experiência de exclusão social que muitos adultos não passam perto. Experiência essa que é distante do que se idealiza em uma juventude, assim como outras experiências vivenciadas por muitas dessas jovens, que, quando fora dali, até podem namorar, ir ao baile ou ao rolê, mas que também deixam de ir à escola, mas que também, desde cedo, apanham de homens e aprendem a se relacionar pela via da violência e a lidar com perdas e responsabilidades outras, como o trabalho no tráfico. A questão, obviamente, é que se trata de completamente outra juventude: em outro tempo, de outros lugares, grande parte de outras cores, com outros olhos.

²³ Kaille é uma personagem fictícia construída pelas adolescentes do CASEF em oficinas realizadas durante a pesquisa de mestrado de Mariana Junges (no prelo, 2018) – realizamos parte do campo concomitantemente, cada uma com o seu problema e projeto de pesquisa, acompanhando diferentes atividades dentro da instituição. Participei da realização destas oficinas, cujo objetivo era a construção de uma narrativa de uma adolescente que ingressa ao CASEF. Nesta parte do trabalho, elaboro uma nova ficção a partir desta criação que foi delas, misturando outros elementos a partir das relações que experienciei.



Figura 6 – “Olhos” (2018)

As jovens pesquisadoras, também conhecidas como “estagiárias de psicologia” (mesmo que não estivessem ali realizando um estágio), tinham olhos claros e pele branca. O psicólogo da unidade também. Perguntaram se éramos irmãos, já outras tiveram certeza de que a mestranda e eu éramos uma só pessoa. Assim, não só nós reconhecíamos no grupo de jovens mulheres uma determinada identidade²⁴ (que se constitui socialmente, neste caso, enquanto um certo estigma), como também elas, especialmente em um primeiro momento, nos agrupavam em um conjunto identitário, pois não por acaso nos parecíamos, eu e a outra pesquisadora, em alguns aspectos (às vezes despercebidos por nós). Pois, apesar de invisibilizada tal operação de generalização dos grupos privilegiados aos quais pertencemos, em função de suas posições nos jogos de poder, essa convergência (de raça, classe, capital cultural, modos de se vestir e etc.) é contingente aos processos históricos e sociais.

Naquela manhã, Gabriel queria começar atendendo Júlia e chegou a pegar seu prontuário (um calhamaço maior do que qualquer um que eu já vi na saúde), mas a mesma estava dormindo sob os efeitos das medicações. Então, deu uma olhada em sua relação de adolescentes e atendimentos e chamou Kaille. André, agente socioeducativo, comentou, antes de ir buscar lá dentro a jovem para o atendimento: “Gabriel só tá chamando o timão hoje”. Kaille entrou na sala que, por falta de outras salas disponíveis, era a “sala do médico” (assim, no masculino) e tinha uma mesa ginecológica ao lado da porta. Ela sentou em uma cadeira, olhou para nós com atenção e disse: “vocês dois têm os mesmos olhos! Vocês são irmãos?”. Nós rimos, e Gabriel explicou que não éramos irmãos, mas que tínhamos a mesma profissão. Assim, ele me apresentou enquanto uma colega que estava em formação e que iria acompanhar o atendimento e perguntou se ela via algum problema, ao que ela respondeu que não. Depois, questionou como ela estava se sentindo, e ela respondeu que se sentia “normal”. Gabriel utilizou a minha presença para sugerir que a jovem contasse, se quisesse, um pouco da sua história.

- Ah, não sei o que contar.
- Conta da onde tu veio, por que tu tá aqui...
- Eu vim parar aqui porque matei uma guria.

²⁴ “As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que a tensão entre indivíduos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero.” (SCOTT, 2005, p. 18).

- Por que tu matou ela?
- Ela tava de rolo com o meu namorado.
- E como foi isso?

A adolescente respirou fundo e voltou a falar.

- A gente tava numa festa, eu, ela e o Guilherme, meu namorado [ela fala olhando para mim]. Daí, quando vê, eu meio que perdi eles e fui procurar, e eles tavam se pegando do lado de fora do baile. Eu tava com um facão guardado no tênis porque eu tenho que me proteger, né, já viu mulher de mão limpa? Daí não deu outra, né. A gente era amiga, sabe. E eu quase que não acreditei quando vi, mas ela já tava fazendo umas coisa que eu não tava curtindo, ela tava de ladaia comigo, e isso aí eu não perdoo...

Kaille tinha um semblante tranquilo e contava com naturalidade, talvez por ter tido que repetir esta história tantas vezes, talvez porque o ato foi o que ela tinha de fazer, pois diz de um território de reconhecimento possível, no qual ela se garante, não deixa nenhuma outra jovem tomar o que é seu. Dei-me por conta de que muitas adolescentes que escutei têm em seu discurso elementos como “não vou deixar quieto”, “mexeu comigo já era”, “não levo desaforo pra casa” e etc.. A “honra” pode ser considerada um valor masculino quando não levamos em consideração intersecções²⁵ entre gênero e classe social. Trata-se, assim, de diferentes subjetividades, feminilidades e modos de relação no que diz respeito também a formas de resolver conflitos em determinados territórios, onde mesmo o Estado se apresenta de maneira a legitimar a violência, pois essa está na própria forma como opera nesses locais. Mesmo assim, em um primeiro momento, meus ouvidos, os quais aprenderam a estranhar (especialmente durante a formação em psicologia), estranharam – para depois colocar em questão -, embora sem tanta surpresa, Kaille ter matado a amiga e não o namorado, o fato de ela precisar andar com um facão e sua “naturalidade” ao falar disso.

- E como tu tá te sentindo agora?

- Ba, eu as vezes penso, né, fico meio arrependida. Porque, imagina, a guria tinha mãe, e a mãe dela não pode mais ver ela. A minha, mesmo que afastada, agora tá podendo vir me ver, minha vó às vezes vem... Eu tô aqui, mas não tô morta... - Kaille, de pele negra, olhos

²⁵ O trabalho de Otto (2016) nos ajuda a elucidar tal ponto. Costumamos tomar o processo de socialização de gênero a partir de uma classe dominante (que supostamente focaliza a passividade, a domesticidade e a docilidade) como o único modelo possível de socialização de gênero. Pensar também nas diferenças entre as classes não significa simplesmente soma-las à questão de gênero, mas complexificar, ampliar e singularizar a análise dos diferentes processos, considerando múltiplos atravessamentos. Assim, é imprescindível tomarmos a violência praticada por jovens mulheres e mulheres a partir das lentes da interseccionalidade, o que não é algo fácil, mas sim um constante exercício a fim de não essencializar ou universalizar tais processos.

escuros, com tatuagens pelo canto do rosto, dessa vez fica com o olhar mais pesado, lhe escorre uma lágrima.

- Sim... E como tá sendo as visitas da tua mãe? Tu quer contar um pouco pra Luiza como é a relação de vocês?

- Tão sendo boas... Ah, é que meu pai era envolvido com o tráfico desde antes de eu nascer e, quando eu tinha um ano mais ou menos, os contra mataram ele, e a minha mãe fugiu porque também tava envolvida com os bagulho. Daí eu fiquei com a minha vó e meu vô, que me criaram desde pequena, junto com os meus irmãos, que na verdade são irmãos da minha mãe, mas têm a minha idade. Só que agora eu tô com risco quando eu sair daqui, e a mãe tá bem e tá vindo me vê as vezes. Ela mora em São Paulo, daí só consegue vir uma vez a cada dois meses... Mas acho que eu vou pra lá depois da medida, pelo menos foi o que ficou decidido no círculo²⁶ aquele, né, Gabriel?

O psicólogo fez mais meia dúzia de perguntas sobre sua vida antes da entrada no CASEF e de como estava sendo ali até agora (Kaille está há pouco mais de um ano e meio na instituição). Ela contou sobre o envolvimento de Guilherme no tráfico e que ela o ajudava às vezes, guardando drogas. Seu pai era dono da boca e estava preso, assim, Guilherme e o irmão tomavam a frente dos negócios. Kaille, no início, não sabia de nada, porém, com o tempo, foi desconfiando e por fim Guilherme lhe contou. Ela era muito apaixonada e decidiu ficar ao seu lado na época. Agora, uma das coisas que mais lhe doíam ao pensar em ir embora era a distância que havia de tomar dele.

Ficamos em silêncio por uns momentos, Gabriel tentando produzir um espaço de abertura para que Kaille dissesse algo sem que ele precisasse perguntar. A adolescente olhava para Gabriel, para mim e, por fim, para baixo, onde estacionava os olhos cansados. O psicólogo finalizou o atendimento e Kaille voltou para o G2.

Já era hora do almoço. Ela havia, recentemente, em uma discussão com a monitora do turno da noite, perdido seu material de risco, assim, pegou os talheres de plástico e entrou na pequena fila em que as monitoras serviam a comida. Agora deram pra isso de não deixa-las servirem o que querem comer. Kaille não entendia o porquê, mas não gostava de feijão com

²⁶ O círculo de compromisso é um encontro formal, cuja metodologia é baseada na Justiça Restaurativa, em que se reúnem a jovem e sua família ou profissionais da casa de acolhimento e/ou membros da comunidade, trabalhadores/as de serviços envolvidos da rede de atendimento à criança e ao adolescente e profissionais responsáveis pela aplicação da medida socioeducativa para traçar propostas e planos para a adolescente após o cumprimento da medida, podendo constituir uma das últimas etapas do Plano Individual de Atendimento (PIA).

massa, e tudo devia de ser servido. A orientação era de que elas colocassem fora aquilo que não queriam, mas agora já era tarde demais, o caldo do feijão havia adentrado por entre os fios da massa, contaminando aquele sabor que ansiava, o sabor da massinha na manteiga feita por sua vó nas noites de domingo, quando Kaille tinha uma fome maluca, mas não sabia de quê, e a vó se oferecia para cozinhar, para transformar sua necessidade em desejo pela sua massa. Ela arrastou com força o garfo de plástico pelo prato para tirar o feijão e acabou quebrando, além de, sem querer, deixar a massa empapada cair como uma pedra dentro da lata de lixo. A monitora viu a cena e reprimiu Kaille, que fingiu não dar bola e não estar com fome e foi para o seu quarto. “Na próxima vez que isso acontecer, tu vai levar CAD, Kaille!”, alertou a agente. Lembrou-se de que a vó lhe metia pau quando fazia alguma traquinagem com a comida na infância. Valia a pena pela brincadeira, exceto uma vez em que o vô esfregou sua cara na sujeira que ela havia feito no chão da cozinha. Deste castigo, carrega uma marquinha no nariz devido à aspereza das irregularidades do piso além de um ressentimento para com o avô que nunca cicatrizou.

O quarto de Kaille era um dos últimos do corredor e ela passou olhando para dentro dos outros quartos. Não pela primeira vez, seu olhar cruzou com o de Vivian, que dobrava as roupas sentada na cama. Vivian gostava de Joana, e Kaille por certo ainda amava Guilherme, mas as duas já haviam se beijado escondido. Fora a primeira vez que Kaille havia visto assim uma guria, com esses “outros olhos”. E aí delas se alguma das tias tivesse visto o beijo. Essas até diziam que tudo bem elas “acharem” que se gostam, que a adolescência tem isso de se experimentar as vezes. Mas beijo pode levar a outras coisas e isso não podia – mas a verdade é que era feio mesmo quando não levasse ao sexo. Não podia, mas também não tinha como não acontecer. Era que nem as monitoras não quererem que elas ouvissem alguns funks, ah, vá... Se não tinha a música, dava-se um jeito de cantar. Kaille não via a hora de sair, de respirar o ar da rua, de ouvir as batidas fortes dos carros rebaixados com o som potente. Eram tão fortes, que não sabia se seu coração batia sozinho ou pela vibração das ondas sonoras – talvez por isso chamavam de “batidão” -, mas o fato é que tinha certeza de que estava viva. No CASEF, ela às vezes se sufocava no travesseiro quando os pensamentos lhe invadiam sem deixa-la dormir. E, na incapacidade de sufocar a si mesma, pois o corpo faria de tudo para respirar, entendia que também estava viva. A vida seguia, era a sua vida ali dentro, assim como fora sua vida também com a cara no chão enquanto o avô lhe segurava os cabelos, ou quando, um dia, Guilherme lhe batera tão forte que ela ficou roxa, ou quando a vó lhe disse que ela era uma puta quando ela decidira ir viver com o namorado, ou quando ela viu a primeira morte diante de seus olhos, o irmão de Guilherme disparando o revólver, ou quando

ela penetrou o facão na pele da amiga, ou o que lhe era ainda pior, quando ela viu esta tomar o que era seu, ou quando sua mãe voltou pela primeira vez e ela não entendeu como a mãe podia estar vivendo tão bem e ainda não ter lhe buscado. Havia tanta vida que se reagia, havia tanta vida mesmo que, tão de perto, seus olhos vissem a morte, a morte do outro, da outra e de si potencialmente.

3.4 “Cavala” ou Júlia

Sou muito mais do que o estigma que carrego.

Aparentemente, somente a cavala se movimenta de forma não linear, como se todas as outras peças, em especial as peãs, fossem um tanto mais previsíveis dentro do que se espera no tabuleiro. O movimento em “L” anuncia a palavra que está por vir, a “Loucura”.

É louca porque Deus não a chamou para dentro da clausura. É louca porque não consegue ficar quieta. É louca porque as punições não modulam com eficácia seu comportamento. É louca porque quebra o bem público não tão público nem tão seu sem nenhuma razão aparente. É louca porque não quer estar ali, mas também não consegue performar um bom comportamento para sair. É louca porque não só seu ato infracional, mas também sua performance não condiz com o que se espera. É louca porque não sabe atuar.

“Atuar”, palavra bastante utilizada na unidade de internação socioeducativa feminina²⁷, com origens diversas, inclusive na psicanálise²⁸ e psicologia²⁹, sendo assim um tanto técnica, um tanto a primeira coisa que vem na cabeça (atuar no sentido de interpretar). Atuar, no fim, pelo que pude compreender seus usos, significa uma possibilidade de performar com certa dissimulação, como se existisse uma essência que não atua, como se houvesse possibilidade de não estar performando em um grande jogo como esse e na vida em geral.

Júlia é negra, lésbica e parece estar sempre hipermedicalizada. Naquela manhã, durante o Grupo Operativo, realizado na instituição semanalmente, ela cuspiu nos dedos a fim de retirar o esmalte, me mostrando quando conseguia, rindo lentamente, num outro tempo que não era o daquele grupo correndo com as pautas do dia. É dela que todas as adolescentes falaram hoje, ou é dela que todas também falaram (pois no discurso se fala é da imbricação de tantas coisas). Júlia foi o bode expiatório de outros tantos atravessamentos que se agenciaram nas falas e choros. Estar ali é pesado, e deve ser mais pesado quando as condições psíquicas são ainda outras (não que sejam as mesmas para as outras meninas, mas há uma diferença que

²⁷ Não sabemos se na casa masculina este termo é utilizado, mas, na feminina, este pode adquirir ainda outros sentidos, como uma variação da compreensão de que mulheres são dissimuladas e inconstantes - ideia presente na Bíblia, na literatura (Moreninha), na psicologia (histeria), etc. Observa-se uma hermenêutica do sujeito (fazer revelar-se uma verdade escondida do sujeito) que reforça estereótipos longevos atribuídos às mulheres.

²⁸ “[...] o analisando não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz.” (Freud, Recordar, Repetir e Elaborar – volume 10).

²⁹ “[Psicologia] Ação quase sempre impulsiva de origem geralmente defensiva, mas que pode ser efetivada através de uma agressão contra si mesmo ou a outro.” (Definição no dicionário online Dicio - <https://www.dicio.com.br/atuuacao/>).

marca algo: uma forma diferente de lidar com o encarceramento, em que se surta, em que as regras sufocam ao invés de ordenar o corpo).

Antes, na sala dos técnicos, falamos sobre a adolescente que entrara com tuberculose e estava isolada em função da iminente transmissão da doença. Quando se fala em saúde mental, muito já se prezou e se preza por práticas segregadoras assim como o “manejo” realizado com a menina com tuberculose. Com vários movimentos que tensionam essas práticas, pensa-se em outras formas possíveis de lidar com essas diferenças que escapam à norma, questionando a própria norma. Se tomarmos casos que fazem questão e tensionam nossos sistemas de encarceramento-classificação, focaremos em casos que provocaram nós nas lógicas operantes, como o caso do Champinha³⁰, que creio ter a ver com o que desperta Júlia (com algumas diferenças inclusive no que diz respeito ao gênero). Mas como falar de inclusão num espaço em que não se tem liberdade para se estar ou não por perto de quem quer se estar? Como falar em inclusão com as dificuldades de gestão institucional das unidades com as adolescentes que aparentemente “não compreendem, não se beneficiam ou resistem subjetivamente ao plano socioeducativo”³¹?

O contágio parece ser sempre iminente naquele espaço em que pouco se respira. Tuberculose ainda parece “menos pior” do que se “pegar” a “loucura”, “menos pior” do que se estar presa com alguém que não se suporta, com alguém que grita o que não se quer escutar sem ter para onde fugir dessa escuta, com alguém que expõe as dores que talvez todas sintam. Como é ser obrigada a conviver com alguém que explicita a todo momento o peso de se estar presa sem ter colo para acalmar? Toda ação se dá por contágio. Ali dentro, tudo se propaga e se amplia, tudo vira outra coisa.

As tensões do grupo começaram a aumentar na medida em que se explicitava o ódio que as meninas tinham de Júlia. Começou a circular pela sala um homem alto, eu achei que fosse

³⁰ Em 2003, Champinha participou da tortura e do assassinato de um casal de jovens em São Paulo e foi internado por três anos na Fundação Casa (Febem). Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, após completar 18 anos, ele deveria ter sua medida socioeducativa extinta, porém, o Ministério Público apresentou uma ação de interdição civil que foi acolhida pela Justiça por conta de um laudo psiquiátrico. Assim, em 2006, Champinha foi internado (por tempo indeterminado) na Unidade Experimental de Saúde, criada em um convênio entre as Secretarias da Saúde, Justiça e Administração Penitenciária e destinada a oferecer atendimento para autores de ato infracional portadores de diagnóstico de transtorno de personalidade e/ou de periculosidade.

³¹ “Como dirão os dirigentes da então Fundação para o Bem-estar do Menor (Febem-SP)”, como justificativa à criação da Unidade Experimental de Saúde, a qual atende, desde 2006, egressos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA – SP que cometeram graves atos infracionais e que foram interditados pelas Varas de Família e Sucessões, as quais convertem a medida socioeducativa em medida de segurança, por estes jovens serem “portadores de diagnóstico de transtorno de personalidade e/ou possuírem alta periculosidade em virtude de seu quadro clínico” (VICENTIN et al., 2010, p. 64). Assim, os jovens que teriam sua medida de internação extinta são internados compulsoriamente nesta unidade, onde ficam por tempo indeterminado, e realizam um tratamento sob regime de contenção.

um segurança, mas depois vim a descobrir que era um agente socioeducativo. Gabriel, então, resolveu introduzir uma dinâmica um tanto psicodramática que deslocava da cena a jovem central. No meio da sala, colocou um banquinho. Chamou a primeira que gostaria de falar e lhe vendou os olhos. Sem que a menina enxergasse, chamava outra, em silêncio, para sentar no banquinho em frente à menina de olhos vendados, a qual poderia falar o que quisesse para Júlia. Elas então descarregavam palavras, muitas vezes de ódio, outras vezes de compreensão e muitos pedidos para que Júlia pensasse, mudasse e etc., pois “só assim ela sairia dali”. Ao desvendar os olhos, a adolescente olhava para quem ela estava dizendo todas essas coisas que queria dizer para a Júlia, e Gabriel perguntava se ela teria dito para a adolescente sentada. Essa parte da dinâmica não fez um sentido imediato já que as falas foram realmente muito direcionadas à Júlia, então nada tinha a ver com a adolescente do banco. Porém, estar sentada no banco tinha um efeito interessante, o de se sentir como Júlia recebendo aquelas palavras.

Todos os discursos foram marcantes. Uma adolescente chamada Ágata trouxe que ela e Júlia eram amigas no abrigo em que moraram juntas por um tempo e que não entende o que aconteceu com Júlia. Outra jovem disse que era 3x pior que a Júlia quando estava em casa, mas que ali dentro estava tentando e conseguindo melhorar. Kaille estava chateada com o fato de receber poucas visitas e não entendia como Júlia poderia fazer o que faz se a mãe dela sempre ia lhe ver, se ela tinha uma casa, se ela tinha tudo o que ela não tinha.

Depois da dinâmica, João, o homem alto, se autorizou a intervir. Entrou no primeiro quarto do corredor e pediu que prestassem atenção. Fechou-se no quarto e começou a “pedalar” a porta de ferro e a gritar. Saiu e perguntou sem baixar o tom da voz “o que vocês acharam disso? É horrível, né? Ninguém quer parecer louco!”. As adolescentes ficaram quietas e os técnicos também.

3.5 “Rei” ou Marco Aurélio

Marco Aurélio é casado e tem dois filhos. O filho de 24 anos, Tiago, seguiu os passos do pai e se formou em Direito na Universidade Federal, com direito a intercâmbio para um país europeu, com direito a trabalhar somente depois de concluir os estudos, com direito a morar com os amigos na capital sustentado pelos pais. O de 16 anos, Mateus, perdeu um pouco a linha, por pouco não rodou de ano no Ensino Médio e ainda não decidiu para o que prestar vestibular. Marco Aurélio e Luciane, sua esposa, estão pensando se irão aceitar os planos de Mateus de realizar uma viagem para Austrália que o ajude a pensar sobre o que ele quer da vida.

Naquela manhã, Marco Aurélio se perdeu no tempo com as coisas que tinha para fazer. Na noite anterior, Luciane havia encontrado um saquinho com maconha no bolso de uma bermuda de Mateus, e a discussão que se seguiu havia sido longa. “Onde já se viu, eu tenho de mandar prender³² os guris da tua idade por serem pegos com maconha todo dia e, agora, dentro de casa, tu tá com isso!”, os ecos dos gritos de Marco Aurélio ainda reverberavam pela casa de pé direito duplo (o teto alto e vazio parece guardar o ar das palavras), enquanto uma das frases de Mateus reverberava na cabeça de Marco Aurélio: “Ah, pai, tu já foi jovem, não? Tu não sabe que tem experiências que a gente tem que passar na vida?”. “Moleque desaforado, só faltou me oferecer um baseado...”, ele pensava enquanto tomava seu café da manhã, e as notícias na tela do *tablet* não lhe prendiam a atenção.

Mesmo que um tanto transtornado com as contradições entre o seu papel social como pai e o seu papel como juiz, Marco chegou ao Foro mantendo a sua postura de costume: nariz empinado e certezas e discursos motivadores na ponta da língua, afinal ele iria tocar no âmago de cada uma das jovens que veria neste dia, iria ajudar a mudar o rumo de cada uma daquelas vidas. E, para isso, ele estava sempre pronto, não foi à toa que havia ganhado, há dois anos, o título de cidadão de bem da cidade do interior onde morava até então com a sua família, de sobrenome famoso entre a população daquele lugar.

A audiência deveria ter começado às 9h. Todos os profissionais envolvidos já estavam no local, mas aguardavam a chegada dele. As adolescentes aguardavam serem chamadas lá do térreo do prédio, numa estrutura externa com celas chamada “xadrez”. As paredes eram todas

32 Os critérios da Lei nº 11.343 (2006), que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, para diferenciar um usuário de um traficante (o que acarreta diferentes medidas e penas) são “subjetivos”, sendo, na prática, decididos pelo juiz.

de concreto e riscadas, e haviam grades que a separavam das agentes que também aguardavam, sentadas em bancos. Em uma cela, estavam todas as meninas, uma sentada ao lado da outra, nervosas com a audiência, com a sentença sobre seus destinos. Marco Aurélio chegou depois de meia hora, perguntando à escritã corriqueiramente se tinha um café preto. Mirela, a escritã, foi correndo providenciar o expressinho, e puderam então dar início à primeira audiência do turno.

O procedimento foi o mesmo para todas as adolescentes: antes da entrada da jovem e de seus responsáveis, a advogada da casa (onde a jovem já estava cumprindo medida socioeducativa de internação) apresentava a adolescente em questão, seu processo e o tempo de cumprimento da medida. A equipe técnica (incluindo a própria advogada), então, descrevia um pouco o caso, ampliando algumas linhas. Depois, o juiz falava algo ou fazia alguma pergunta, às vezes a promotora (representando o Ministério Público) e o advogado ou advogada de defesa (representando a Defensoria Pública) também faziam considerações; em seguida, o juiz mandava entrar a adolescente e seus acompanhantes responsáveis; e, então, direcionava alguma fala ou pergunta à adolescente, deixando-a falar um pouco até onde ele decidisse que estava bom. Na sequência, passava a palavra para a promotora, a qual as vezes perguntava também, as vezes já enunciava suas alegações finais; depois, a defensora fazia a mesma coisa e, por fim, o juiz declarava, já em texto formal para a redatora, a sentença final, por vezes proferindo um discurso de cunho moral-motivador antes ou depois do texto.

A adolescente Katlyn entrou na sala da audiência acompanhada da mãe, Dona Nena, uma senhora de aparência bastante simples, de pele bem enrugada e poucos dentes na boca. Ela cumpria medida na Semiliberdade e seu ato infracional era roubo. Marco Aurélio ficou impressionado com a grafia de Katlyn e com o que ela havia escrito em sua auto avaliação, pela qual ele passou rapidamente os olhos. Comentou inúmeras vezes sobre a boa letra e o bom português da adolescente, dizendo que a boa escolaridade é isso: quando não só passa, mas sim faz marca. Ele queria saber dos seus planos futuros, a escola já estava garantida. Sugeriu um curso profissionalizante, pois achava que ela tinha perfil para o secretariado. A jovem comentou do sonho de fazer Direito, ele disse: “Ó, mas tem que se esforçar bastante”.

Katlyn justificou que foi junto roubar porque era cabeça fraca, ao que o juiz respondeu que ela tem possibilidade de ir longe, mas que tem que andar com as pessoas certas, pois as erradas, as quais fazem esse tipo de convite para o ato infracional, não se magoam, nem tem sentimentos. A promotora concordou. A adolescente escutava tudo e apertava a mão da mãe,

que estava apreensiva, chorosa e, ao mesmo tempo, contente com as falas do juiz que elogiavam a filha. O juiz extinguiu a medida e colocou que anteciparia o POD³³, além de, no final, ainda impressionado com a grafia e disposto a mudar o destino da autora desta, convidar a jovem para estagiar ali no Foro com ele. A advogada da casa, Laura, anotou para a adolescente as informações que o juiz passava de como se inscrever para o estágio.

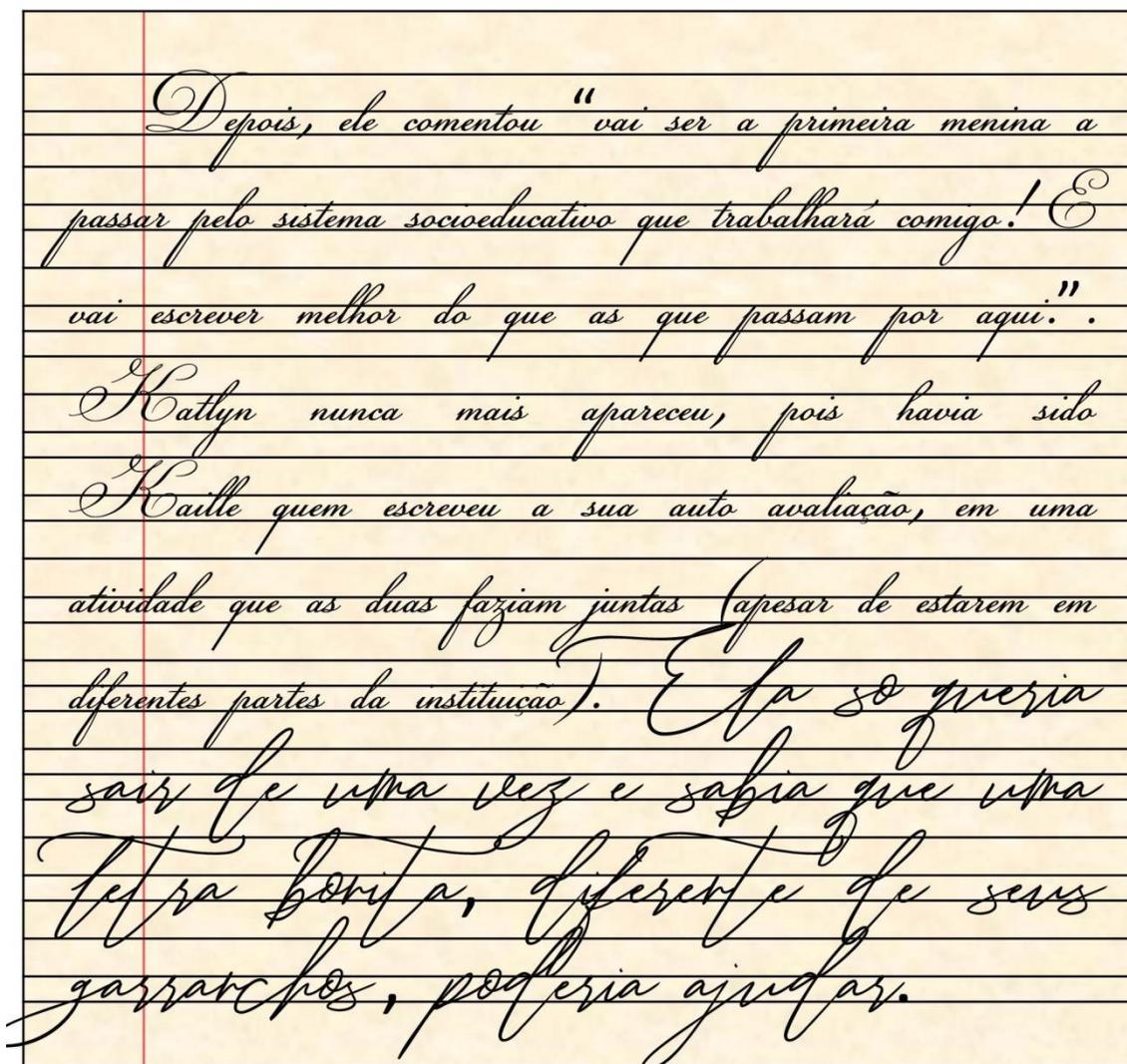


Figura 7 – “Caderno de caligrafia” (2018)

³³ “O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) visa reduzir a violência e combater a evasão escolar entre jovens de 15 a 24 anos.” (<http://www.ssp.rs.gov.br/programa-de-oportunidades-e-direitos-do-bid>). “O POD Socioeducativo é voltado à ressocialização dos adolescentes e garante aos egressos uma bolsa e educação profissionalizante. Ao completar um ano no curso, os jovens recebem a certificação de formações em áreas como secretariado, técnico em informática, auxiliar administrativo, manutenção predial, mecânico e marceneiro. Boa parte dos jovens consegue emprego com carteira assinada, inclusive antes de concluir o curso.” (<http://www.fase.rs.gov.br/wp/nova-etapa-do-pod-socioeducativo-beneficiara-egressos-da-fase/>).

Quando Katlyn levantou-se para ir embora, Marco fez um último comentário: “Continua assim que tu nem parece uma guria que passou pelo sistema socioeducativo!”. Entre uma audiência e outra, os profissionais da mesa conversavam mais informalmente, a promotora comentou com o juiz que “tem umas gurias que parece que ainda dá pra resgatar alguma coisa”. Marco Aurélio balançou a cabeça em movimentos afirmativos e lembrou-se da época em que trabalhava no interior: “especialmente as gurias do interior, tu tem que ver como é mais fácil de resgatar o lado bom, o envolvimento é menos pesado”.

A próxima audiência daquela manhã era referente ao processo de Ágata, adolescente de 17 anos presa por tráfico - ou seria usuária de maconha?, passou rapidamente pela cabeça de Marco, junto com um flashback do episódio de sua noite anterior. Ágata, em uma dinâmica realizada no Grupo Operativo em que se falou sobre o que se sente em relação à adolescente Júlia, enunciou, dentre outras palavras, de olhos vendados e com a voz trêmula de quem quer chorar mas também quer falar, para Júlia aproveitar que tem mãe e que essa lhe visita com frequência, pois “o Gabriel, em um atendimento, um dia depois do meu aniversário, veio me dizer que minha mãe morreu enquanto eu tô aqui dentro!”. Seu pai já era falecido e a mãe era envolvida com abuso de substâncias. Assim, Ágata já tinha um percurso em uma casa de acolhimento, e foram duas profissionais desta, com quem havia sido realizado um círculo de compromisso, que participaram desde o início da audiência (diferente dos outros responsáveis, familiares que entravam depois com a adolescente). Após a apresentação mais breve, Laura inferiu sobre a “notável evolução do comportamento” de Ágata e também contou que, dentro da FASE, ela fez procedimentos odontológicos que restauraram seus dentes da frente.

Marco Aurélio perguntou às profissionais sobre o que a adolescente faria neste tempo até a escola começar em março do ano que vem. As profissionais começaram falando do CAPS AD, mas foram interrompidas por Marco: “não, não quero saber de saúde, quero saber o que ela vai fazer de atividade, de educação”. As profissionais então argumentaram que as matrículas para escola e para o Jovem Aprendiz eram todas para março. Marco se enfureceu e discursou sobre como é que elas não tinham nada planejado e queriam que ele liberasse Ágata antes para ficar ociosa. “A ociosidade, vocês sabem, é a oficina do diabo!”. Perguntava sobre a rede de educação, se ela não teria acesso a alguma oficina, podiam ser coisas até um tanto quanto “bucólicas”, como um curso de corte e costura. Após um bom tempo de discurso, as profissionais, tateando, voltaram a falar do CAPS AD, ao qual Ágata iria ser vinculada, e que lá são oferecidas oficinas neste tempo. Marco Aurélio permitiu-se baixar a bola e disse “ahh, se vocês tivessem me dito isso antes, eu não precisava ter ido tão longe!”.

Antes da entrada da adolescente, as profissionais do abrigo indagaram se a FASE tinha como transportá-la até o abrigo, ao que responderam que não. O juiz perguntou se elas não estavam com um transporte da casa, elas disseram, então, que estavam receosas em transportar Ágata. Isso gerou uma tensão entre todos os e as presentes. Elas então explicaram que, da última vez em que tiveram contato com a adolescente, esta estava bastante “agressiva”. Os técnicos do CASEF tentaram fazer o meio de campo entre o juiz de olhos franzidos para a situação e as profissionais que pareciam amedrontadas e também precisavam ser escutadas naquele momento. “É de um receio anterior que elas estão falando, doutor”, o psicólogo da instituição socioeducativa tentou acalmar Marco, o qual, por sua vez, perguntou: “Mas houve evolução no aspecto subjetivo?”.

3.6 “Torre” ou Práticas Psi³⁴

Naquela manhã, Gabriel preparava-se para retomar a coordenação dos Grupos Operativos (G.O.) a pedido da diretora da casa. Nos últimos tempos, ele gradualmente havia se afastado, pois avaliava que a função dos Grupos não estava bem colocada para a equipe em geral. A gestão dizia que ele precisava cortar mais as adolescentes, enquanto ele acreditava ser um espaço legítimo de fala. Em uma recente reunião, ele havia apresentado uma reflexão teórica (com autores que não são somente utilizados no campo da psicologia) sobre o que seria um grupo operativo, e, ao invés de isso ser tomado como um disparador para se pensar a função deste ali no CASEF, alguns técnicos e agentes entenderam enquanto uma alegação com “argumentos de autoridade” que justificaria que somente um profissional da psicologia estaria capacitado para coordenar tal dispositivo. Por conta do que acontecera durante o último final de semana, estavam todas e todos aguardando ansiosamente o próximo G.O., e disseram que era ele quem tinha que coordenar especialmente desta vez, pois ele era o psicólogo e tinha mais experiência.

Várias situações paralelas (mas não exatamente isoladas) haviam confluído em momentos de crise no domingo. Vivian andava bem triste por sentir que as outras adolescentes estavam a excluindo por causa de sua bissexualidade. No sábado, acontecera um culto religioso em que as gurias precisavam se dar as mãos. Vivian foi chamada pelas agentes para fazer alguma coisa e, quando voltou, escolheu ficar ao lado de Joana, e as outras adolescentes começaram a rir e caçoar dela. À noite, a monitora Alice, com o intuito de repreender por outras razões que não foram ditas, falou para as internas que a lei havia mudado e que elas poderiam ficar até 8 anos presas ali³⁵. Houve também outra situação de “inadequação dos/as monitores”: depois das visitas no domingo, um monitor esqueceu a adolescente Eduarda no quarto de contenção, pois elas sempre passam por ali depois da visita dos familiares para revista antes de voltarem aos seus quartos. Eduarda ficou trancada e, com vontade de ir ao banheiro, passou o braço pela grade e se destrancou, outras adolescentes que estavam nos quartos ao lado pediram que ela abrisse as portas delas ao que ela respondeu que

³⁴ Embora aqui destaquemos mais as tecnologias do/a profissional de psicologia, as práticas consideradas psi não são somente vinculadas aos/à psicólogos/as. As práticas de medicalização, especialmente as que são utilizadas como “alívio” à angústia, à aflição e ao sofrimento causados pelo processo de institucionalização, podem ser consideradas psi e contribuem para manutenção da violência institucional (Arruda, 2017). Além disso, práticas de escuta são difundidas entre toda a equipe, que, muitas vezes, propõe-se a realizar um trabalho interdisciplinar.

³⁵ Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2013, de autoria de Aécio Neves (PSDB/MG). Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113036>

“se eu pudesse, abria”, o que gerou um incômodo nas gurias trancadas. Cássia teve um “surto” no domingo, em que tiveram que prendê-la no quarto de contenção. Paloma se estressou com as monitoras do plantão por conta do que acontecera com Cássia e arrancou o lastro de uma cortina, usando-o para golpear Maurício, um dos monitores do plantão, machucando-o levemente na barriga. Ameaçou de matar todos eles, pois ela era de matar mesmo e seu pai também. Havia também uma tensão a partir de boatos de que Kaille e outras adolescentes estavam planejando uma fuga. Enfim, tudo isso misturado, faltando muitas peças deste quebra-cabeça, estava borbulhando na cabeça de Gabriel.

No caminho até a zona sul da cidade, passando pela Avenida Padre Cacique, Gabriel avistou a obra urbana que se parece com um timão de navio com uma lhama no meio³⁶ e lembrou-se da explicação do escultor, o qual disse que no centro é um carneiro, símbolo da oferenda, com suas duas faces (uma feminina e outra masculina), sendo a ideia passar uma mensagem de tolerância a partir da harmonia entre as duas faces. Gabriel não localizou duas faces, pois, para ele, a escultura tinha a cara de uma senhora triste por estar aprisionada em um corpo de lhama. A obra, que sempre lhe passava batido, naquele dia, na tentativa de desviar de sua angústia do que estava por vir, provocou-lhe sua tão conhecida “associação livre”: a senhora lhama não queria porra de harmonia nenhuma, ela estava era presa em seu corpo e naquele círculo, como poderia ela querer estar ali e não planejar nenhuma fuga?



Figura 8 – Imagem do Google Maps modificada

A possibilidade de fuga das adolescentes e a possibilidade de quebra da ordem são virtualidades que se atualizam em interpretações sobre qualquer ação exercida por uma ou mais adolescentes dentro da casa – interpretações essas que se constituem como e levam a outras ações por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras (e esse é o próprio exercício do poder: “um modo de ação sobre ações” (Foucault, 1998, p. 245)). Qualquer ato é

³⁶ Escultura “Estrela Guia II” (Gustavo Nakl, 2002).

contextualizado a partir do processo jurídico que segue acontecendo durante a execução da medida em meio fechado. Não há “ato analítico”, não há processo de responsabilização, não há nenhuma ação que ali aconteça desvinculada da questão judicial, tudo pode inclusive entrar formalmente no processo por meio da Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD), tudo pode ser judicializado.

Antes do G.O., Gabriel combinou com a chefe dos agentes daquele turno, Rosane, que achava melhor que, em um primeiro momento, Vivian, Cássia e as monitoras envolvidas no que ocorrera não participassem deste G.O.. Rosane concordou e comprometeu-se em “preparar” o Grupo. Havia algo dissipado pelo ar, uma angústia. As naturalizações que tornavam aquele lugar algo mais corriqueiro do que uma prisão propriamente dita se transformavam em uma força hostil que deveria conter aquela energia outra, aquela possibilidade de algo muito “ruim” acontecer (em termos de ruptura da ordem antes estabelecida). E havia também um acontecimento que tornava ainda mais real esta antecipação: os gritos de Mariana, a qual estava trancada em seu quarto e gritava “ISSO AQUI É UM INFERNO! AHHHHHHHHH!”. Gabriel sentiu-se adentrando o corredor que levava ao inferno.

Mas então o *corredor de sua imaginação* o levou para outro lugar no qual também poderia se armar um inferno, mas onde o fogo tendia a ser acolhedor como uma lareira em dias frios, em que se encontra um *comum*³⁷ que aquece. O corredor o levou para a sala dos técnicos, a qual era a maior entre as salas de trabalho. As mesas dos computadores estavam afastadas de modo a encostarem nas paredes, e as cadeiras encontravam-se todas dispostas em um grande círculo que ocupava todo o espaço. Todos/as profissionais da instituição (diretoria, agentes socioeducativos, chefes de equipe e técnicos/as) que trabalhavam naquele turno estavam sentados/as, esperando o início. Uma mesinha fora deixada ao centro com térmicas de café e chá e algumas bolachinhas, pois o **G.O. imaginário** levaria a manhã toda sem intervalo. A coordenação era rotativa, e o encaminhado da vez era Gabriel. Rosane se voluntariou para ler as pautas do dia, já que era sua vez de escrever a ata em tópicos de discussão. Era um momento importante para todos e todas, pois, apesar das (ou com as)

³⁷ “Comum não é uma identidade, não se confunde com povo, nem é uniformidade como as massas; são as diferenças internas que devem fazer comunicar as diferenças e agir em conjunto.” (Barros & Pimentel, 2012, p. 11).

tensões³⁸, tentava-se acolher todas as diferentes perspectivas e, a partir disso, construir algo que, na maioria das vezes, não se dava por um movimento de síntese do que era dito, extrapolando, portanto, a dialética grupal. O que acontecia ninguém sabia muito como explicar, mas quando o “fluxo” era “favorável”, era possível repensar os processos de trabalho a cada semana e, muitas vezes, também era possível criar novas estratégias para além do que estava dado.

As primeiras pautas envolviam as situações do final de semana, e, antes de seguir as inscrições, Gabriel perguntou como Maurício, monitor que havia sido golpeado na barriga, estava se sentindo, visto que ele não havia se inscrito para falar. Maurício respondeu: “São ossos do ofício, e eu sempre soube que a Paloma é muito agressiva, mas de qualquer jeito a gente não espera, né. Mas também a confusão tava armada, só baixei minha guarda...”. Malu passou a mão no ombro do colega, num gesto de amparo. “Tá, mas quem era a monitora que tava com as gurias quando trancaram a Cássia na contenção?”, perguntou Angelina, assistente de direção (a diretora estava de férias e ela assumia a direção da casa nesta ocasião). Todos/as ficaram com receio de responder e “dedurar” a colega, pois não imaginavam que Angelina ainda não sabia dos detalhes do ocorrido - provavelmente a CAD (Comissão de Avaliação Disciplinar) havia de ocorrer naquela tarde. Essa era a maior dificuldade do G.O.: tornar transversal um espaço em que as hierarquias operavam a priori, um espaço em que, como em qualquer outro, não é possível por completo descolar de sua posição de fala, afinal essa constitui a própria fala. De tempos em tempos, era discutida a forma como se apresenta a gestão da casa neste espaço, e negociações eram feitas sobre a implicação desta participação, sendo uma delas a de que seja falado sobre e colocado em questão quando acharem que a dinâmica do G.O. esteja demandando que essa hierarquia se exerça no espaço mesmo do grupo (ultrapassando a coordenação rotativa, cuja ideia também não é a de “gerir” o grupo). Entretanto, ainda havia de ser mais debatido o lugar de fala dos agentes, os quais têm um envolvimento diferente com as adolescentes e, por conta de suas posições nas relações de saber-poder, sentiam que suas falas as vezes pareciam ter menos valor do que as falas dos técnicos. “Era a Magda, ela é do turno da noite”, respondeu, por fim, André. “Bom, então vou anotar isso de encaminhamento para discutirem no G.O. do turno da noite”, disse Rosane.

³⁸ “Aqui um paradoxo: uma multiplicidade social se comunica e age em comum ao mesmo tempo em que reverbera diferenças. [...] Coletivo e singularidade não se excluem. Singularidade não é sinônimo de individualidade, pois esta última é relação do eu com uma realidade, transcende. Então, esse comum se faz não como materialização de forças hegemônicas que tendem a segmentar, individualizar, definir, demarcar, localizar, cerceando conexões de forças minoritárias que tendem a se exercer em outro sentido: faz-se por diferenciação e heterogênesse, ou seja, gerando diferença e não homogeneidade e semelhança.” (idem).

“Mas vamos falar disso, gente. Por que vocês acham que chegou nesse ponto? Acho que é importante não deixar isso como uma responsabilidade somente da Magda. Além de que foram várias situações.”, Gabriel incitou. “Eu acho que tá tudo errado, essa juventude não respeita mais ninguém!”, disse Andreia, uma agente com um pouco mais de idade. “Como assim, Andreia? Vamos se implicar nisso, pelo amor de Deus! Tiveram erros sérios no manejo das situações por parte dos nossos colegas, ainda que eu também ache que é bastante complicada a ressocialização de algumas adolescentes mais violentas”, argumentou Malu, outra agente. “E esses erros, já haviam acontecido? Como a gestão lidou com isso? Porque é uma dúvida que eu sempre tenho quando algo assim acontece.”, perguntou Angelina, que havia assumido o cargo havia um ano. Ao puxar algo da história da instituição, funcionários e funcionárias trouxeram antigas experiências, e a discussão durou um bom tempo do G.O., cada um trazendo seu ponto de vista sobre o que mudou, sobre o que deveria mudar, e, gradativamente, deslocando da “culpa individual” dos colegas, pois não era a primeira e provavelmente nem a última vez do ocorrido. Laura resgatou algo que havia sido falado: “Fiquei pensando nisso que a Malu falou faz um tempo, sobre ser difícil a ressocialização de adolescentes mais violentas... O que quer dizer isso? Com que pressupostos estamos trabalhando quando falamos em ressocializar?”. Essa é uma discussão comum nos G.O. das equipes mas que, a cada vez que é “tocada”, reverbera em diferentes relações no e para com o trabalho. Da última vez, alguns/as agentes e técnicos/as trouxeram que ouvir funk era uma coisa “ruim” para ressocialização, visto acreditavam que o trabalho se dava no sentido de oferecer acesso a outros elementos da cultura, diferentes do baile funk e das letras das músicas em que “contêm” violência e etc. Porém, foi debatido sobre o funk e o baile funk também enquanto potências e formas de produção e de elaboração que podem inclusive “ajudar” no processo socioeducativo, pois é uma linguagem comum às adolescentes que pode afetá-las mais do que a introdução de um novo-estranho-normativo.

Depois, Rosane avançou para a próxima pauta: “calça rasgada na coxa”. “Eu mesma posso falar um pouco disso. No último dia de visita, a Kaille tava com uma calça rasgada quase aparecendo a virilha, e o pai da Eduarda começou a olhar. Daí, a Eduarda já ficou de cara com a Kaille e tava falando que ela tava planejando fugir. Eu não sei se elas já não estavam brigadas antes, mas fiquei pensando que a gente não pode deixar isso acontecer, das gurias estarem quase peladas”. “Mas a gente não deixa! Já não pode usar decote, short e roupa curta... E eu vi a calça dela, não chegava até a virilha!”, falou Malu. “Mas a calça rasgada a gente nunca tinha pensado... E outra, se isso vai pra máquina de lavar é capaz de abrir mais o rasgão, daqui a pouco vira um short mesmo.”. “Vocês tão pensando em proibir calça rasgada?”

Mas onde que tá o erro? No homem mais velho que faltou com respeito ou na roupa da menina?”, disse Laura. “Pois é, eu tava pensando nisso também, Laura. De que adianta vir um monte de gente palestrar aqui sobre desigualdade de gênero e sexualidade, história social da mulher e tudo mais se a gente continua reproduzindo aqui a culpa no jeito como a menina se veste?!”, disse uma agente socioeducativa que participou dessas palestras que foram ofertadas por grupos da universidade no CASEF. “Mas a culpa não tá na menina também? Porque se tiver aparecendo, como que o homem não vai olhar?”, disse João. Algumas mulheres olharam para ele impressionadas com o comentário, e a discussão que se seguiu foi cheia de tensões e tomada pelos afetos, tornando difícil a comunicação. Por fim, precisou-se apelar, por falta de tempo e disposição de todos os “lados” da discussão, para uma votação sobre proibir ou não o uso de calças rasgadas. Algumas agentes mudaram de opinião ao longo do debate e votaram contra, sendo maioria dos votos. Gabriel concluiu o G.O. com uma breve fala: “Eu acho, como muitos e muitas já disseram, que a gente precisa discutir mais essas questões de gênero e de como a gente lida com isso na execução da medida. A Rosane anotou a ideia de convidarmos as universitárias para fazer uma oficina entre nós sobre isso, a fim de tirarmos dúvidas e pensar no nosso trabalho. Por isso, acho que é superimportante não deixar uma votação ser o encerramento deste assunto...”.

Entretanto, **não existe o G.O. da xadrez**, em que esta estaria em questão para os diversos atores no cotidiano do trabalho. O G.O. que existe está no xadrez, limitado pelas linhas instituídas do xadrez, sem poder debatê-las, questioná-las e, assim, se torna mais uma operação de controle das adolescentes e de suas relações dentro do espaço disciplinar. É mais uma das operações, portanto, voltadas ao governo das condutas na socioeducação. O saber e as práticas psi, assim, também estão “enxadrezados”, submetidos ao enquadramento do xadrez, à lógica instituída e ao sistema jurídico. O profissional psi é demandado a trabalhar mais com os “sintomas das adolescentes” e menos com os “sintomas da instituição”: sua posição na hierarquia organizacional, os sentidos já instituídos para o estabelecimento e para as políticas de socioeducação, tudo isso serve de impeditivo para colocar a xadrez em questão no G.O. Vincentin, Gramkow e Rosa (2010) apontam para os crescentes processos de patologização do jovem autor de ato infracional e refletem que estamos lidando com uma noção de periculosidade que se refere ao perigo do que escapa à gestão institucional e que “está cada vez mais subordinado às exigências de ‘defesa social’” (p. 66). As autoras colocam que a psiquiatrização “impede a leitura dos fenômenos sociais de exclusão e de vulnerabilidade social que são também determinantes do ato infracional e coloca o sujeito em

questão despojado da possibilidade de construção de laço social e sem visibilidade na vida pública” (p. 66). Assim, pensar somente em termos de “transtorno” e patologias de personalidade (quase incuráveis), “dificultando que [o jovem] se reconheça em suas determinações subjetivas e sócio históricas e que supere as circunstâncias em que está colocado” (p. 66), seria pensar a psicologia via xadrez e não o xadrez via psicologia, em que seria colocada em questão tal dinâmica institucional.

Como a torre, que, devido ao seu valor estratégico e tático, é empregada usualmente na fase final do jogo de xadrez, as práticas psi irão operar diretamente sobre esses corpos muitas vezes pela primeira vez no contexto da socioeducação, como parte desse recurso último no processo de “recuperação” ou “encaminhamento” a outras possibilidades de vida consideradas mais normativas (dentro dos âmbitos jurídico e moral). Podemos pensar nesta função articulada à tecnologia do poder pastoral, uma antiga tecnologia originada nas instituições cristãs e que foi integrada pelo Estado moderno ocidental (Foucault, 1998, p. 236). Em “Segurança, Território e População”, Foucault (2008) coloca algumas características fundamentais do poder pastoral: o fazer desvelar de uma verdade oculta do sujeito (fazer ver seu pecado inconfessável ou nem ao menos percebido/ sabido) em uma hermenêutica dos seus cotidianos, discursos, pensamentos; a prática do cuidado deste comportamento segundo uma lógica do detalhe, da singularidade e do geral, do rebanho e do modelo (esmiuçando detalhes em uma analítica dos méritos e deméritos: o diabo mora nos detalhes); o foco na salvação desta alma, curando-a do pecado como doença contagiosa e degenerativa. Mas, se no período próprio do poder pastoral, tal ação era guiada pela Igreja, sua teologia e a ação de destruição de um eu na produção de humildade máxima, veremos um deslocamento sucessivo e oscilante destas práticas e seus modos para a modulação própria das práticas de cuidado na saúde e assistência, nas quais a regulação agora se dá em nome da ciência e obediência ao comportamento padrão como salvação possível.

Como o vai-e-vem das torres, o jogo das práticas da psicologia na instituição de cumprimento da medida socioeducativa de restrição de liberdade é uma mediação entre essa instituição para a qual se presta contas e as adolescentes que devem ser escutadas. De um lado para o outro, do rei para as peãs, das adolescentes para o juiz. Nestas relações de poder, em que há diferenciações entre a posição da instituição, a posição do psicólogo que trabalha na instituição e a posição da adolescente, o psicólogo tenta mediar a partir da constante apropriação de ambos os códigos de linguagem dos diferentes níveis. Tal trabalho de escuta é, no entanto, limitado pelo próprio lugar/enquadre que se ocupa no xadrez. Precisa tornar a norma “simpática”, articular norma com desejo, motivar a mudança por meio de uma

vinculação afetiva. O profissional psi opera mais com a lógica do Controle (Deleuze, 1992) do que com a lógica da disciplina. Trata-se de operar com a construção de tecnologias de si, de governo de si, nas adolescentes.

Entretanto, há um “respiro”, afinal o profissional psi também está a serviço de instituições outras que regem suas práticas. Outro campo de intersecção entre a justiça e as práticas psi e que tensiona modos de se trabalhar em uma instituição de privação de liberdade é o campo da Reforma Psiquiátrica. O próprio SINASE reconhece a necessidade de cuidados especiais em saúde mental como diretriz da atenção integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, respeitando às diretrizes da Reforma ao referenciar o atendimento na rede pública extra-hospitalar de atenção à saúde mental (Arruda, 2017). Assim, é possível (e recomendável) operar com a noção de rede, buscando, quando necessário, atendimentos em instituições externas (como serviços-escola de psicologia) - rede como desenquadre possível da xadrez, linha de fuga em novas geometrias para a relação entre estas jovens e o Estado.

O juiz, quando pergunta sobre “o subjetivo”, implicitamente parece querer saber dos níveis de periculosidade da adolescente em questão - se ela se arrependeu ou não, se se responsabilizou ou não seriam caminhos para baixa reincidência ao sistema. Entretanto, “o debate psiquiátrico pôs em evidência que a periculosidade é uma noção jurídica e não um diagnóstico clínico ou médico” (Vincentin, Gramkow & Rosa, 2010, p. 67), não sendo uma responsabilidade do/a psicólogo/a, obviamente, responder por isso. Assim, a torre do panóptico pode variar-se e, quem sabe, rolar pelo tabuleiro em uma fuga destas essencializações do medo.

4 *Breves Considerações Finais*

Nos Jogos de Xadrez, as peças por ora se sobrepõem, por ora habitam outros tabuleiros, mas o fato é que só existem na relação umas com as outras, nas dinâmicas de poder que estão sempre se atualizando e as movimentando. Kaille, Maria Eulália, Júlia, Gabriel, Marco Aurélio e as outras personagens vão se atravessando e produzindo umas nas vidas das outras através do tempo, dos encontros, das palavras. Elas existem não só no exercício destas narrativas, que “inventam” vozes às paredes, mas também nos fragmentos virtuais de tantas possíveis vidas que já foram, estão sendo, que serão ou que nunca serão.

São complexos os Jogos das Xadrezas. Tão cheios de tramas, que talvez eu tenha deixado escapar linhas por demais na tentativa de puxar outras. Porém, o objetivo nunca foi fazer o impossível (dar conta de “tudo”), e sim trabalhar com a criação de variações para além do que está aparentemente “dado” - para além de uma suposta “realidade” -, multiplicando relações possíveis com o mundo (Costa, 2014, p. 559) e evidenciando tal caráter complexo destas, infinitos são os potenciais agenciamentos.

Fazer esta pesquisa de campo, em meio aos outros campos que me fizeram marcas durante a formação, foi uma escolha curiosa e sedenta por fazer problema. Uma escolha, possibilitada por múltiplos fatores, que, por sua vez, possibilitou experimentações: experimentação da cidade, experimentação do encontro singular com essas jovens vidas em situação de aprisionamento, mas que ali seguem vivendo/produzindo vida – “porque até no lixo nasce flor”, era um dizer estampado na camiseta de uma adolescente. Experimentação ao ser profundamente tocada por essas produções que ali emergiam, pelas diferenças e pelas semelhanças entre as juventudes femininas por mim “conhecidas” e “desconhecidas”, que colocaram em análise no ato e a posteriori as formas de se relacionar com e em uma instituição socioeducativa de privação de liberdade.

Talvez pareça, em algum momento, que aponto para as práticas da psicologia como totalmente enquadradas pelas lógicas institucionais. Porém, a forma com que este trabalho fora construído (e seus alicerces teóricos) operam no sentido de produção de aberturas, de rupturas no jogo de forças com estes enquadres, a partir do tensionamento destes. Afinal, se o poder existe, a resistência (r)existe. Assim, não se trata de colocar a posição da psicologia enquanto determinada pelo instituído, assim como não se trata de pensar que a “utopia correcional” (Raniere, 2014) impor-se-á sem que nada escape a esse *modus operandi* empreendedorístico ou à prescrição de uma feminilidade normativa. Trata-se da importância

de atentar a essas forças que, por meio de tecnologias e técnicas, subjetivam e guiam nossas práticas. Trata-se de trazer isso à tona, colocar em questão e produzir rupturas.

5 Agradecimentos

Na correria deste tempo do relógio, ia deixar de lado essa parte do ritual, que se refere a quem está junto em um tempo outro, tempo da intensidade, que reverbera e produz sentido. Então, vim aqui a fim de parar o tempo e agradecer...

À minha família que tanto amo. À minha mãe, que me inspirou a tantos caminhos, que me cuida e me deixa ser. Ao meu pai, que me emprestou leveza e desprendimento no exercício da vida. Aos meus vóvós, que estão sempre tão pertinho de mim me amando e me cuidando. À minha irmã, que sempre apostou em mim e com quem compartilho uma infância a longo prazo. À Ane, ao Xandi e à Sissi, com quem me sinto tão bem. À Nina, filha felina que me acompanhou em madrugadas de escrita.

Ao Lucas, amor que por tantas horas me escutou e discutiu comigo sobre este trabalho, possibilitando a emergência de (e imersão em) ideias e também de (em) calmarias ao seu lado. A sua família que tanto me acolhe.

Ao Luis Artur – sem ele esta escrita não seria esta escrita -, que me orientou por um ano e meio e me inspirou a iniciar (com a Tuta) e a continuar (com seu apoio e sua parceria inventiva).

À Gislei, mestra e amiga, que me acompanhou e orientou desde a primeira ênfase, me ensinando a experienciar este tempo da intensidade e compartilhando das mais belas trocas.

À Laura, por estar sempre ao meu lado, e à Ju, amoras de uma vida inteira, com quem posso sempre contar, seja pra rir, seja pra chorar. Ao Bini, hermano querido. Ao Gabi, meu artista preferido e amado amigo. Às amigas de tanto tempo: Bia, Mari, Ju L. e Jé. À Paulinha, prof. de pole e amiga parceira e às gurias da República, grupo de mulheres que se acolhem e se fazem companhia saindo ou em casa.

Às minhas amadas parceiras desta trajetória e que vou levar pra sempre comigo: Amanda, Barbs, Bê, Julia, Marina, Fabs e Thani. À Sofi, ao Vini e à Sil, pelo grupo do chazinho tão acolhedor. À Jé, à Ana e à Débora, por compartilharem as afetações com as juventudes. Ao grupo de pesquisa tão querido que me acompanhou durante boa parte da formação: prof. Rose, Meiri e Marina (outra vez!).

À tia Nani, Mima e Mano, que fizeram a impressão deste trabalho com tanto carinho.

Ao Gustavo e à Mari, pelas tantas trocas e aberturas.

Às adolescentes do CASEF, cujo encontro possibilitou essas narrativas.

6 Referências

Arruda, J. S. (2017). Medicalização e controle dos corpos femininos na execução da medida socioeducativa de internação. In: M. O. Pereira & R. G. Passos (Orgs). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia.

Barros, M. E. B. e Pimentel, E. H. C. (2012). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psique*, 2(2), 3-22.

Brasil, Conselho Nacional de Justiça (2015). *Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões*. Coord. M.M.P. Mello. Brasília: Conselho Nacional de Justiça.

Butler, J. P. (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós.

Butler, J. P. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas 1*, 171-189.

Crenshaw, K. (2016). *A urgência da “interseccionalidade”*. TEDWomen. Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br> Acesso em: 15/06/2018.

Costa, L. A. (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Revista Fractal*, 26, 551-576.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Tradução de P. P. Pelbart. São Paulo: Editora 34.

Foucault, M. (1998). Sujeito e Poder. In: R. Machado (Org). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população: Curso ministrado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Karpowicz, D. S. (2017). *Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D’angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981) –*

Tomo I. Porto Alegre, RS: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Tese (Doutorado).

Lopes, M. D. C. (2013). *Significados atribuídos por agentes socioeducativos ao fenômeno da privação de liberdade feminina*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Psicologia).

Mattar, L. D. (2008). Exercício da sexualidade por adolescentes em ambiente de privação de liberdade. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133).

Otto, N. B. (2016). *Intersecções entre gênero e violência na história de vida de adolescentes mulheres em privação de liberdade*. Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. Disponível em:

<https://www.academia.edu/29565275/Intersec%C3%A7%C3%B5es_entre_g%C3%Anero_e_viol%C3%Aancia_na_hist%C3%B3ria_de_vida_de_adolescentes_mulheres_em_priv%C3%A7%C3%A3o_de_liberdade>. Acesso em: 15/05/2017.

Raniere, E. (2014). *A Invenção das Medidas Socioeducativas*. Porto Alegre, RS: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Tese (doutorado).

Scott, J. (2005). O Enigma da Igualdade. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.

Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N., & Raniere, J. L. C. (2015). Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515.

Vincentin, M. C. G., Gramkow, G. e Rosa, M. D. (2010). A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciários. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*. 20(1), 61-69.

